

**Universidade Federal De São João del-Rei**

**Curso de Geografia**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**EDUCAÇÃO PARA A INDISCIPLINA**

**Fabiana Guastini**

**Orientadora: Ligia Maria Brochado de Aguiar**

**São João del-Rei**  
**Novembro de 2017**

**Fabiana Guastini**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**EDUCAÇÃO PARA A INDISCIPLINA**

Trabalho apresentado como conclusão de curso do  
Curso de Geografia da Universidade Federal de  
São João Del-Rei.

**Orientadora: Ligia Maria Brochado de Aguiar**

**São João del-Rei  
Novembro de 2017**

Agradeço

A Gal,  
Ao Deyvid,  
A Lis e ao Alexandre,  
a Berenice e o Gomes Sater,  
ao Caetano,  
A frésia e o Rafa,  
Ao Pantera e o Leão  
e todos os outros seres que vivem ao redor de casa,

pela Presença.

E Agradeço a todos que compareceram a apresentação do trabalho, por realizarem a busca por novas imagens.

Agradeço a Fernanda Barcellos, ao Marcio de Toledo, aos meus pais, ao Deyvid, ao Maurício abutre, a Fresia, ao Yamandu e ao Rafa, por fim mas não menos importante a Bruna.

# Sumário:

## Parte 0 – Apresentação do Trabalho

0.0 – Introdução.....	
0.1 – Metodologia.....	

## Parte 1 – Apresentação das Questões e a Educação da UFSJ.....

1.2 – Crítica e Lembranças Históricas.....	
1.2.1 - Dos Colégios Jesuítas às Escolas Modernas.....	
1.2.2 – As Instituições de Ensino Modernas e Sua Forma de Organizar os Saberes.....	
1.2.3 - Jesuítas e as Escolas Modernas no Brasil.....	
1.2.4 – O Momento Atual.....	
1.3 – A UFSJ a partir dos Documentos.....	
1.3.1 - O Discurso da UFSJ, suas Verdades e Questões.....	
1.3.2 – O Regimento Geral e O Estatuto–A Organização de uma Instituição de Ensino, a UFSJ	
1.3.3 – O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).....	
1.3.4 - O Projeto Pedagógico do Curso de Geografia.....	

## Parte 2 – Imagens do Pensamento.....

2.1 – Imagens do Pensamento Moderno.....	
2.2 Imagens de Liberdade do Pensamento Moderno.....	
2.3- Liberdade Libertada –Novas Imagens de liberdade.....	
2.4- A Geografia e a Educação Menor.....	

## Parte 3 – Em Busca de Novas Imagens.....

3.1 – Os Encontros.....	
3.2 - O Corpo.....	

## Bibliografia.....

## Anexos.....

# Educação para a Indisciplina

Fabiana Guastini

**O desejo diz:** “ eu não queria ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso ; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem a minha expectativa , e de onde as verdades se elevassem, uma a uma ; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz.”

**E a instituição responde:** “Você não tem porque temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que lhe advém”

**Mas pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação:** Inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo o uso há tanto tempo reduziu as asperidades.

(FOUCAULT,1971,P. 7 e 8)

## 0.0 - Introdução

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal provocar questionamentos, reflexões e possíveis mudanças em todas as pessoas, das mais próximas as mais afastadas, iniciando por mim, que querem pensar sobre o que é ser educado e como isto interfere na nossa concepção de liberdade e assim na nossa busca para a liberdade concreta.

A questão sobre o que é ser educado foi formulada e passou a ser investigada, a partir das relações feitas entre o livro Vigiar e Punir de Michael Foucault e a Universidade Federal de São João del Rei. Relações, estas inevitáveis de serem feitas após a leitura porque assim, como Larossa, acredito que a leitura não consiste em somente em entender o significado do texto, mas em vivê-lo. (LAROSSA, 2005, p. 17). Estando ainda na graduação, e por isso vivenciando a universidade, uma instituição vista por Foucault como disciplinar e portanto que mantém o sistema, se tornou inevitável não viver o texto Vigiar e Punir.

Mas assim como L. Goldmann, (1968) segundo Milton Santos (1986, p.18), acredito que somente obras que revelam ao leitor o que ele pensava há muito “sem saber”, que o fazem conscientes das implicações de sua própria visão de mundo, podem guardar através do tempo sua

influência e sua ação. E a minha ação se tornou fazer este trabalho, para que mais pessoas possam refletir sobre a educação que vem recebendo.

Para isso, dividi o trabalho em 4 partes, a parte 0 que traz a introdução e a metodologia, que vão contextualizar o trabalho e mostrar segundo qual método e metodologia o trabalho seguiu. A parte 1, que está dividida em outras duas partes. Uma delas chamada Crítica e Lembranças Históricas, vai apresentar a questão que coloco sobre a educação e fazer uma contextualização histórica, principalmente do Brasil, para compreendermos como se dá a relação entre o que Foucault viu na Europa e o as relações com a educação que temos no Brasil, tendo como base, principalmente o livro a História da educação Brasileira da Maria Luisa Santos Ribeiro. A segunda parte dessa parte, chama A UFSJ a partir dos Documentos e é onde me encontro com a identidade institucional da educação da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) e da sua geografia, através de alguns documentos tirados do site da instituição. Os documentos tirados e estudados foram o Regimento Geral, o Estatuto, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 e os dois Projetos Pedagógicos do curso de Geografia da UFSJ de 2012. A parte 2 do trabalho vai discorrer sobre as diferentes imagens do pensamento, de liberdade . E a última parte, em busca da novas imagens, novas experimentações, está em branco. A apresentação deste trabalho, iniciará este tópico, ainda em processo de criação. Mas mesmo assim resolvi deixá-lo ai porque é uma sugestão do pensar.

Antes de iniciarmos a viagem, é preciso dizer que acredito que muitos dos que irão ler este trabalho serão “leitores modernos”, que segundo Larossa (2005,p. 15)

já não tem tempo para esbanjar em atividades que demorem, cujos os fins não se vem com clareza, e das quais não podem colher imediatamente os resultados. Leitores constitutivamente incapazes de suspender o juízo, de guardar silêncio, de manter-se retirado, de escutar. Isto porque em nossas escolas, inclusive universidades, já não se ensina a estudar. O estudo, a humildade e o silêncio do estudo é algo que nem sequer se permite. Hoje, já ninguém estuda. Mas todo mundo tem que ter opiniões próprias e pessoais.

Tenho a intenção de que ao longo do texto, os leitores se perguntem quem são? quais território habitam? como se relacionam com seu território, com seu corpo? como se posicionam frente essas verdades? Verdades estas que são, assim como todas as verdades, uma invenção. Porque assim como ler não é apenas entender o significado do texto e sim vivenciá-lo. Viver é dar um sentido ao mundo e atuar em função desse sentido.(Larossa, 2005, P. 18)

Hoje, o sentido posto é o texto da moral que está inscrito em nossos corpos e cuja origem podemos ler no passado da humanidade. E se é esse texto que hoje da sentido ao mundo, então

trata-se de atrever-se a lê-lo de outra maneira, de forçá-lo a mostrar um sentido diferente. ( Larossa, 2005,P. 29)

## **0.1 - Metodologia**

O trabalho tem como método, a cartografia, um método deleuziano, que se diz um anti-método, porque rejeita os recursos às mediações, as formas pré determinadas que surgiram de outras questões e com outras funções. Este método trabalha com a idéia de criação, de intuição de suas próprias formas e metodologias. Intuição, esta que não surge a partir do nada, mas que é construída através de um trabalho que articulando multiplicidades de conceitos, intui novos conceitos. Para Deleuze segundo Gallo (2003), criar conceitos é uma forma de transformar o mundo a partir do mundo, pois o conceito é imanente à realidade, brota dela e serve justamente para tornar o mundo compreensível. Além disso, segundo Deleuze ainda segundo Gallo (2003), a criação de um conceito é uma forma de reagir à opinião generalizada, e para acontecer precisa de uma aventura do pensamento que institui um acontecimento ou vários acontecimentos, permitindo um ponto de vista sobre o vivido.

O método não é técnico nem científico, não é um sistema lógico ou, estrutura organizada para pesquisar, ou ainda, analítico ou sintético, indutivo ou dedutivo não é neutro, o método é superação destas inflexões numa perspectiva crítica é, também polifonia, diálogo, imaginação, experimentação. Uma investigação deve caracterizar-se não pelos seus métodos, técnicas, procedimentos mas pela, relação entre o pesquisador e as diversas leituras do mundo porque são essas leituras que produzem a metodologia. Em lugar das regras podemos pensar nas pistas, sinais, vestígios que o método cartográfico oferece, nos processos de subjetivação que ocorrem, sobretudo, habitar territórios existenciais o que torna indissociável a relação entre pesquisar e intervir.

A imagem tradicional do pensamento pressupõe que pensamos naturalmente, que pensar é um exercício natural de uma faculdade e que o pensamento tem uma afinidade natural com a verdade. Essa imagem dogmática do pensamento se adequa muito bem à imagem da árvore-raiz do conhecimento. Trabalharemos a imagem rizomática construindo outra imagem do conhecimento, os rizomas, que diferentemente da imagem da árvore do conhecimento, não tem uma estrutura já determinada, tem uma estrutura que se cria ao se fazer as relações, conforme o trabalho vai sendo feito. Esta forma de criar o conhecimento aposta na experimentação da pesquisa, evidenciando o caráter processual da pesquisa.

Acreditamos, assim como Deleuze segundo Gallo (2003), que os encontros tem grande importância na produção de conhecimento. A produção filosófica, os questionamentos e reflexões são solitárias, mas é uma solidão que propicia encontros; esses encontros de ideias, de escolas filosóficas e teóricas, de autoras, de acontecimentos. Ou seja, a produção depende de encontros que, segundo Deleuze, propiciam roubos criativos pois roubar um conceito, é produzir um conceito novo. (Gallo, 2003 P.34)

Nesse trabalho, os encontros, que se dão com diversas autoras e autores e com os documentos da UFSJ, vistos como necessários para a produção da ciência, trazem uma similaridade com a ideia de encontro do livro pedagogia profana, quando este fala do encontro com a infância. Esse encontro não é nem apropriação, nem um mero reconhecimento que se encontra naquele que já sabe e que já tem, mas um autêntico cara a cara com o “enigma”, uma verdadeira experiência, um encontro com o estranho e com o desconhecido, o qual não pode ser reconhecido, nem apropriado. (1998 p. 197)

Com esses encontros busco uma experiência “que só pode ser transmutada numa imagem poética, isso é, numa imagem libertada ou em busca da libertação real, numa imagem que contenha a verdade inquieta e tremulante de uma aproximação singular ao enigma.” O enigma é o que é ser educado, partindo da educação de geografia da UFSJ e da leitura de Foucault.

A ideia é construir essa imagem, essa verdade inquieta sobre a educação geográfica na UFSJ. Para tanto, utilizaremos as imagens e possibilidades apresentadas na discussão sobre a geografia menor, uma geografia que segundo Wenceslao (2009 p. 19),

são como ilhas no entorno do continente da geografia maior, são potências de expansão desse continente, são também as primeiras aproximações para quem inicia o seu olhar geográfico.

Ou ainda como Godoy,

não se confunde com uma geografia de minorias ou alternativa, não é a inclusão de grupos minoritários dentro de um padrão majoritário, é a construção de outros arranjos que possibilitem levar os conceitos e as noções ao máximo de sua potência. A geografia menor é como uma agitação molecular subsistente na forma sem se adequar a ela, uma potência de devir que abala a forma, investindo força sobre a matéria que ela circunscreve (Wenceslao, 2009 p. 26).

A geografia menor é aquela construída por aqueles que habitam e transformam o espaço geográfico, que nesse caso constroem a geografia da UFSJ. Citando a Ana Godoy Apud



(Wenceslao, 2009) de novo, “a potência deste pensamento é aquela da vida: expandir-se no experimentar a própria potência.”

É nessa busca, em mim e na geografia, pela vida e em sua potência de viver que se transmuta na ideia de uma educação para “libertar a liberdade” através da indisciplina e do autoconhecimento, que irei me encontrar com textos, imagens e pessoas. Buscando, com a constante, mas nem sempre contínua, atenção ao tempo presente, nos pequenos detalhes da vida, que segundo as técnicas de disciplina e vigilância e Deleuze segundo Gallo (2003), já diriam que é o que realmente importa.

## **Parte 1 – Apresentação das Questões e a Educação da UFSJ**

Início o trabalho, pela crítica ao sistema social que vivemos e de todas as instituições que o mantém, inclusive as instituições de ensino. Mas, é preciso antes explicitar como definimos o espaço e sua produção. Milton Santos (1986), “a crítica não é deliberadamente parcial nem gratuita, porque ela visa contribuir, ainda que de forma pouca, com a geografia crítica” e também com a geografia menor, que precisa conquistar seu espaço na geografia. Partimos do passado com vistas ao futuro.

Segundo Milton Santos (1986), o espaço é, em qualquer período histórico, resultado da produção. E esta, inicia sua história quando o homem consegue tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida e pelo uso consciente dos instrumentos, atingir um objetivo definido, um resultado pré-estabelecido. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. As formas de produzir em conjunto com seus ritmos são criadoras de práticas coletivas cuja tendência é repetir-se até que ocorra alguma mudança nas técnicas ou nos instrumentos da produção. Sendo assim, a produção, pelos seus próprios ritmos e formas impõem formas e ritmos à vida e à atividade humana, que se modificam conforme os modos de produzir também se modificam. Por exemplo, os animais ao serem incorporados ao trabalho contribuem para que a distância – tempo se modifique: um outro ritmo se impõem à vida de todos e o grupo se acha, daí por diante, na posse de uma nova medida de tempo. Quando o tempo social muda, o espaço muda também. Cada atividade tem lugar próprio no tempo e no espaço e esta ordem espaço- tempo não é aleatória, ela é resultado das necessidades próprias à produção. Dito isso, é preciso reforçar que acreditamos que a técnica e os instrumentos da produção, por serem os meios de intermediação entre o homem e a natureza, e por suas variações, provocar mudanças nas relações entre sociedade e a natureza, devendo ser o ponto de partida para a análise das mudanças sociais.

Inicialmente, lembramos que o tempo em que tínhamos sobre a face da Terra milhares de grupos, de geografias distintas que tinham diversas formas de comandar o tempo, passou. Estamos em um momento em que os grupos que ainda possuem geografias distintas e formas diferentes de comandar o tempo precisam lutar e resistir para conseguirem se manter assim. Neste período em que o trabalho em comum, era definido por um objetivo comum e, por uma divisão de tarefas, o esforço de cada indivíduo era reduzido e diminuía o esforço do grupo, ao mesmo tempo, em que aumentava a produtividade e produzia excedentes. Com o avanço da mundialização do consumo, chegamos ao período da internacionalização da produção. Um momento em que cada vez mais, os países, as regiões, os grupos humanos, consomem bens cuja origem se encontra fora de suas próprias fronteiras. Nossos pensamentos, nossos corpos por meio das nossas atividades cotidianas alienadas decorrentes de práticas conceituais de um conhecimento alienante, são também invadidos por essa internacionalização. A perspectiva de análise que assumimos neste trabalho se interessa pelo exercício de um “não poder”, pelas práticas subterrâneas de conviver indisciplinadamente com as políticas impostas, criando uma cartografia das relações de resistência. Relações, estas que vão construindo o lugar do salto, o lugar para a liberdade.

A internacionalização da produção e do seu modo de produzir e a repartição dos excedentes se dá de forma desigual seguindo a lógica do sistema capitalista ao ser absorvida como sistema de relações de produção e troca, faz como que a sociedade desenvolva uma ordem social típica, que organiza o espaço, segundo o padrão de equilíbrio dinâmico, inerente a integração e o funcionamento desse sistema, e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes no espaço de forma a alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas.

Estas alterações nas estruturas e funções materializadas no espaço serão desiguais porque a estrutura econômica desse sistema é desigual, ou seja, o seu funcionamento produz miséria e desigualdade, concentração de renda e de riquezas. Segundo Marx (1988), todo trabalho humano produz riqueza e valor que pode ser medido em tempo e, expresso em dinheiro. Aqueles que possuem os meios de produção se apropriam do trabalho de quem vende a força de trabalho, concentrando ainda mais riquezas. As trabalhadoras, que não tem outra escolha, além de vender sua força de trabalho, produzem durante sua jornada de trabalho mais valor do que recebem, quando recebem. Ou seja, recebem uma quantidade de valor total, expressa em dinheiro, que está longe da quantidade de valor produzida.

Essa apropriação do valor produzido é justificada e aceita por toda a sociedade porque os meios de produção e as ferramentas (terra, instalação, máquinas) não são do trabalhador ou

trabalhadora. Vivemos em um sistema que defende, através do estado e suas leis, a propriedade privada antes dos indivíduos e cidadãos. Compreendemos essa estrutura quando observamos os dados de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e, os dados da evolução dos salários. Constatando que a produção de riquezas cresce exorbitantemente, enquanto que os salários, que seriam a medida da distribuição de renda, cresce lentamente.

Com o avanço e o desenvolvimento do capitalismo, a divisão do trabalho se acentua e para manter esta forma de produção são criadas novas formas políticas de organização do território. Este modo de produção capitalista é consolidado pelo estado que, existe para administrar os interesses da burguesia. Uma classe que controla os principais meios de produção e que para garantir e perpetuar esta dominação econômica, precisa também possuir o domínio político, através do controle das formas de tomada de decisão, do controle das leis, e da dominação jurídica. O Estado, como um aparato de dominação, de poder tomar as decisões sobre os territórios e as territorialidades, da produção social, além das relações de produção.

Esta forma de organização política, o Estado surge com a tomada de poder da burguesia e por isso foi construído, para e pelos setores privilegiados, como os juristas, os militares, os homens da lei e do exército, que tinham seus interesses vinculados a esta nova mecânica do poder que surgia. Esta mecânica do poder com auxílio do estado, define como se consegue o domínio sobre o corpo das outras, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (Foucault,1987,P. 119 e 142). Isso se dá através de algumas técnicas, sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, como a vigilância e a disciplina, modalidades que implicam numa coerção ininterrupta, constante, que cuida dos processos das atividades humanas, mais que sobre seu resultado e, se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos.

Esses métodos permitem o controle minucioso das operações do corpo, realizam a sujeição constante de suas forças e impõem ao corpo uma relação de docilidade-utilidade. A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. Esta mecânica política, dissocia o poder do corpo. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. ( Foucault,1987,P. 119)

Este momento histórico é o momento em que nasce a arte do corpo humano que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil e

inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos, baseados na vigilância e na disciplina. O corpo humano entra numa maquinaria do poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõem, através desses mecanismos que atuam em todos os detalhes da vida.

Esta maquinaria do poder se consolidará com as instituições disciplinares, presídios, escolas, hospitais, fábricas, entre outras que irão ajustar os mecanismos de poder que enquadram a existência dos indivíduos. É por isso, que são nesses lugares que se encontra uma série de exemplos de técnicas desse novo poder de punir, que tem sua importância porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, ou seja são as instituições disciplinares que nos auxiliam a compreender como é esse novo poder que se instala, como ele funciona para que assim descubram-se suas brechas.

É sempre bom lembrar que esta nova anatomia política, assim como as instituições disciplinares, não surgiram repentinamente, elas são resultado de múltiplos processos, às vezes mínimos, de diferentes origens, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros e, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral de técnicas essenciais que desde o século XVII, não cessaram de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro.( Foucault, 1987)

Esta nova estrutura do poder de castigar ficará responsável por uma melhor distribuição do castigo, fazendo com que ele não fique concentrado em alguns pontos privilegiados, nem partilhado entre instâncias que se opõem. De modo que, segundo Foucault (1987, p. 68 e 69), seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social.” Ou seja, essa nova estratégia política, filosófica tem como objetivo fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular coextensiva à toda sociedade; “não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir.” (ibid. 1987, p. 70).

Dessa forma, esta nova organização do poder de punir atravessa toda a rede social, agindo em cada um de seus pontos, e terminando por não ser mais percebida como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um. (ibid., 1987, p. 107)

Esta nova organização do poder político surge para tornar plausível, explicável e aplicável o capitalismo como sistema econômico, se exercerá sob três dispositivos indissociáveis, a teoria de

direito, as leis, o aspecto jurídico, as instituições e a moralidade. Com tudo isso, o que se procura não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social: é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que deve deixar funcionar automaticamente nele. (Foucault, 1987,P. 106)

Sendo assim a disciplina e as instituições disciplinares, fazem parte das contínuas reorganizações do poder de punir no interior de todo um mecanismo complexo de mudança político econômica da sociedade, onde encontramos o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, valorização jurídica e moral das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descobertas, de inovações, de captura de informação.

Estes corpos dóceis, submissos e exercitados, são formados através dos mecanismos de vigilância e disciplina que são introjetados nos corpos, primeiramente através das instituições disciplinares, como presídios, hospitais, manicômios, fábricas, instituições de ensino entre outras e depois impostos mantidos pelos próprios indivíduos através da cultura da imposição do normal e da vigilância. Estas instituições disciplinares passam a atuar segundo esta lógica de poder, utilizando dos mesmos dispositivos porém, de formas bem diferentes devido ao nível de dispositivos que esboçam.(Foucault,p.107) Dessa forma, todas as instituições de ensino que foram e são guiadas pelos princípios da educação moderna, tem um papel fundamental para a continuidade do sistema capitalista e todas as suas prisões.

## **1.2 – Crítica e Lembranças Históricas**

Esta parte do trabalho tem 4 partes. A primeira parte, Dos Colégios Jesuítas às Escolas Modernas, mostro que os colégios jesuítas podem ser considerados as sementes das instituições disciplinares, pois foram neles que os saberes passaram a ser organizados através das técnicas de vigilância e disciplina. Na segunda parte, explico o que são as instituições disciplinares e como que elas organizam os saberes. Na terceira parte Jesuítas e as Escolas Modernas no Brasil trago uma contextualização histórica da educação no Brasil, desde a colonização até chegar no que podemos dizer de ensino moderno com as suas instituições disciplinares.

Desta forma, conseguimos fazer um paralelo, bem simplificado, entre a Europa e o Brasil. Em que vemos, nos dois casos os colégios jesuítas como aqueles que introduziram as técnicas

apropriadas pelas instituições disciplinares. Instituições, estas que estavam e estão a serviço do Estado e dos que detém o poder econômico.

E por fim, com base no pensamento do Milton Santos (1986 e 2002) e da Sandra Corazza (2004), faço um pequeno comentário sobre o mundo em que vivemos e sua educação, para entendermos de qual realidade a educação da UFSJ faz parte.

### **1.2.1 - Dos Colégios Jesuítas às Escolas Moderna**

Os colégios jesuítas foram os pioneiros, no século XVI, a começarem a gestar um processo chamado de “pedagogização dos saberes” que é criado em função de uma concepção de infância que a separou completamente do mundo dos adultos. Este processo, nada mais é do que a classificação dos saberes em função da bondade ou maldade, ou seja, em função da moral religiosa cristã. Esta nova organização dos saberes que surge materializada nos colégios jesuítas, servem como modelo para as demais instituições escolares de cunho religioso ou não. Afinal de contas, esta forma de organização dos saberes está diretamente vinculada ao controle do corpo e por isso atua em todos os detalhes da vida, utilizada como o mecanismo que auxilia a maquinaria do poder mapeando o corpo e seus movimentos, depois o desarticulando e o recompondo em movimentos que não são deles, através da disciplina e da vigilância.

Os colégios jesuítas, que surgiram inicialmente na Europa, foram os pioneiros na criação desses novos estabelecimentos de ensino que rompiam com as formas até então utilizadas para a educação. Estabelecimentos, estes que confinavam as crianças e as organizavam em classes e séries, colocando em prática a classificação e o controle dos saberes a serem ensinados, em diferentes níveis e programas de dificuldade crescente, isso tudo sob uma tutela moral, para evitar o perigo moral na mente das crianças, em um primeiro momento, e depois, como instrumento de conquista dos fiéis e, difusão da religião católica.

Contrariamente aos mestres das universidades medievais, os jesuítas se transformaram em autoridades morais, portanto, se preocupavam com a manutenção da ordem, fazendo com que os estudantes perdessem autonomia e fossem submetidos, os estudantes e os saberes, a uma série de técnicas e procedimentos de natureza moralizante e moralizada. Desta maneira, seus procedimentos e técnicas se tornaram ferramentas para o exercício do poder, possibilitando o surgimento da ciência pedagógica, do saber pedagógico. As instituições de ensino jesuíticas criam novas formas de ensinar

o sujeito pensar, a criar que deram formas novas de subjetividade orientada para ordem e a moral cristã.

Do exposto, notamos que os colégios jesuítas foram importante inspiração para a educação moderna e seus mecanismos descritos por Foucault. Desde o século XVIII a educação ocidental moderna se orientou para a formação dos sujeitos capitalistas, portanto, as escolas modernas passam a criar um “modo de subjetivação” específico necessário para a imposição de disciplinas que objetivando formar, de um lado, sujeitos voltados para a tarefa de acumular riqueza como um fim em si mesmo, por outro, formar indivíduos passivos, dóceis. Esta formação educacional foi fundamental para a consolidação da Revolução Industrial e do sistema capitalista. Está claro que as instituições de ensino e suas modificações históricas tem um papel importante na criação da subjetividade dos sujeitos, mas é preciso lembrar que este modo ou produção de subjetivação da ordem capitalista não está nas escolas, mas em todos os âmbitos da vida do sujeito. Como dizem Guattari e Rolnik (1989):

A ordem capitalista produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica as relações com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado, com o futuro – em suma fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. (GATTARI& ROLNIK, 1989 p. 42 Cartografia sentimental??? Transformações contemporâneas do desejo; SP: Estação Liberdade, 1989)

### **1.2.2 – As Instituições de Ensino Modernas e Sua Forma de Organizar os Saberes**

As transformações das técnicas, estimularam e possibilitaram a reestruturação da organização do poder, consolidando o capitalismo. Esta reestruturação se dá de forma imbricada e concomitantemente com o desenvolvimento das instituições modernas de ensino, que passaram a ter um papel fundamental na construção de corpos dóceis, submissos e exercitados e, que permitem o controle e a utilização do homem pelo homem. A partir da disciplina e vigilância, as instituições disciplinares criaram todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saberes, de descrições, de receitas e dados que serviram e servem para uma observação minuciosa do detalhe, que juntamente com um enfoque político dessas pequenas coisas, auxiliando na manutenção da ordem e da obediência (Foucault, 1987 p.121). Os dados e estatísticas foram e são utilizados pelos Estados para controle, conhecimento e gestão do seu território, visando e sendo influenciado por uma política internacional. Ressaltamos que hoje, vivemos em uma realidade em que grande parte

desses dados e estatísticas estão, com a permissão do estado, nas mãos de grandes empresas que atuam globalmente, buscando lucros maiores e, aumentando a desigualdade e tudo que ela trás de sub humanidade.

Uma das técnicas utilizada nas instituições disciplinares, inclusive nas de ensino é a transformação do espaço que o corpo habita em espaço analítico. Para tanto, se distribui os indivíduos segundo o “princípio da localização imediata” ou do “quadriculamento”, o lugar se dá pela classificação, pelo lugar que ocupa na série, pela distância que o separa dos outros, pelo ponto de cruzamento de uma linha com uma coluna, o intervalo em uma série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. Os indivíduos passam se tornam intercambiáveis e, definidos pela posição na fila. A transformação do espaço em espaço analítico, faz parte do método científico moderno e, por isso é utilizado para conhecer e controlar a Terra e qualquer espaço que lhes interessam, produzindo um movimento infinito, em que os indivíduos substituem uns aos outros, em um espaço escondido por intervalos alinhados (Foucault, 1987 p.126).

A forma de organizar o espaço das instituições de ensino também se dá nos espaços públicos e coletivos, cada indivíduo se posiciona no seu lugar e, que cada lugar está devidamente ocupado por um indivíduo. Esta organização espacial dos indivíduos evita as distribuições por grupos e tende a anular os efeitos das repartições indecisas, se transformando em uma tática de antivadiagem, de antiaglomeração. Nessa distribuição o que importar é estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis e interromper todas as outras, vigiar a cada instante o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos de forma a atender as necessidades da vigília e de romper com as comunicações perigosas.

Este espaço analítico, criado com a disciplina, é perceptível ao observarmos as práticas cotidianas, a organização de uma escola ou qualquer instituição de ensino moderna. Nestas, encontramos fila de alunos para se dirigirem à sala de aula, nos corredores, no pátio, colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa, prova, matéria, alinhamento das classes, por idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. A partir desse conjunto de regras, normas e práticas obrigatórias e inquestionáveis, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seus comportamentos, ocupa ora uma fila, ora outra; o estudante se desloca o tempo todo numa série de casas. Estas práticas criam e consolidam uma hierarquia do saber e das capacidades. (Foucault, 1987, p.126)



Foi a partir da determinação de lugares individuais, que este espaço analítico que também é serial se organizou, tornando possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Se organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem que transformou o espaço escolar, em uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. (Foucault, 1987 p.126) Desta forma, a organização do espaço através da disciplina tem por função distribuir a multiplicidade e dela tirar, conhecer e analisar o maior número possível de efeitos. Esta organização disciplinar permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, por ser o único a ocupar tal posição na fila e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Sendo assim, a disciplina é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos.

Em conjunto com a organização do espaço pela disciplina, o tempo também passa por mudanças nesse período, passando a ser contado por quarto de hora, minutos e segundos, se cria um tempo disciplinar, uma técnica para a apropriação do tempo das existências singulares definindo-se assim, uma espécie de esquema “anátomo-cronológico” de comportamento. Segundo Larossa, (2005,p.124) o tempo converteu-se agora em uma mera cronologia que para conservar um certo sentido, uma certa orientação, deve preservar a ideia de um progresso, ou pelo menos, de um desenvolvimento contínuo e infinito.

A partir daí, o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder, em que nada deve ficar ocioso ou inútil: o corpo deve estar a todo momento preparado ou se preparando para ação útil, afinal um bom emprego do corpo, permite um bom emprego do tempo e vice e versa. (Foucault, p. 129 e133)

A partir desse momento, as instituições disciplinares, incluindo as de ensino, se apoiarão em um sistema de registro permanente e, em uma inspeção constante dos corpos e, de tudo que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, enfim dos desvios. Nas instituições de ensino temos alguns desvios que são mais comuns e visíveis, por exemplo, ao tempo que temos em relação aos atrasos, ausências, interrupções das tarefas; às atividades estão relacionadas a desatenção, a negligência, a falta de zelo; à maneira de ser é atribuída a grosseria, a desobediência; aos discursos são tomados equivalentes a tagarelice, a insolência; ao corpo vinculam-se as atitudes “incorretas”, gestos não conformes sujeira; a sexualidade a imodéstia e a indecência. Este sistema de registro além de servir para a vigilância, o controle, a fiscalização dos corpos, também é utilizado para a punição que está presente em toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico a leves privações ligeiras e pequenas humilhações. (1987 p.149)

Estes mecanismos de vigilância e punição presentes nas instituições de ensino se darão de forma a presar a hierarquia e a autoridade, pois se realizará por pessoas, inspetores, professores, diretores, classificados em uma ordem de poder, que também segue os preceitos da disciplina. A relação de fiscalização e vigilância definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: como mecanismos que lhe são inerente e multiplica sua eficiência. Esses dois dispositivos, fiscalização e disciplina, se encontram presentes em três momentos nas escolas, no ensino propriamente dito, na aquisição dos conhecimentos pelo próprio exercício da atividade pedagógica e na observação recíproca e hierarquizada. Estes dois dispositivos se efetivam pela qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos: do bom e do ruim que criam os comportamentos assumidos como normais pela sociedade, desta forma o normal se estabelece como princípio de coerção no ensino.

As instituições de ensino distribuem os alunos de acordo com suas aptidões e seu comportamento, portanto, segundo o uso que se poderá fazer deles quando saírem da escola. Exercendo uma pressão constante para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “á subordinação, a docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e a exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina.” Para que todos se pareçam, tenham as mesmas ideias e ideais. (1987, P.152)

Em resumo, as instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que utilizando de um aparelho de observação, de registro e de treinamento funcionou e funciona como um microscópio do comportamento. Este conhecimento do comportamento em conjunto com as divisões tênues e analíticas do espaço, das instituições disciplinares, se colocou e se coloca a serviço dessa organização do poder, possibilitando a manutenção dessas relações e desse sistema.

Vale apenas lembrar que estamos falando em processos longos que ocorrem de maneira gradual e a partir das experiências e pensamentos que já existiam. Logo, é preciso reconhecer que os jesuítas foram peças-chaves para a consolidação da educação moderna, principalmente nos países colonizados.

### **1.2.3 - Jesuítas e as Escolas Modernas no Brasil**

A história do Brasil, que nos contam e nos ensinam a contar nas instituições disciplinares começam, salvo raras re-existências, com o início da dominação e ocupação do território brasileiro, em um primeiro momento por europeus, principalmente os portugueses. Também começarei por este período para explicar as instituições modernas de ensino no Brasil que, se iniciam

concomitante com a dominação do Brasil e tendo seu desenvolvimento vinculado a esta dominação, ao rearranjo dessa maquinaria do poder, que explicamos anteriormente através de nossas leituras de Foucault.

O ensino que antes estava prioritariamente vinculado ao controle e a formação religiosa se torna mecanismo de controle do estado institucional, para a formação de profissionais, de assalariados, de mão de obra, mas principalmente, de indivíduos que produzem e reproduzem a vida moderna, urbana, que de preferência, funcione em todos os lugares. Uma única forma de viver no mundo, mais barata e lucrativa a partir de corpos dóceis, hábeis e obedientes. Uma forma de viver em que os corpos terão amor as suas correntes, as suas amarras, as suas instituições, aos seus espaços esquadrihados, aos seus comportamentos criados para a manutenção de suas prisões.

Podemos dizer que a educação moderna no Brasil se inicia com as missões jesuítas, antes e nos processo inicial das capitanias hereditárias. Missões, estas que começam antes da ocupação efetiva do território com o intuito de conhecer para catequizar os índios. Deixando-os mais mansos e domésticos, interferindo e alterando muito, na relação que estes tinham com seu território e tempo. O que nos deixa a reflexão do quanto se alterou na relação homem-natureza, homem-território a partir deste processo edu-evangelizacional.

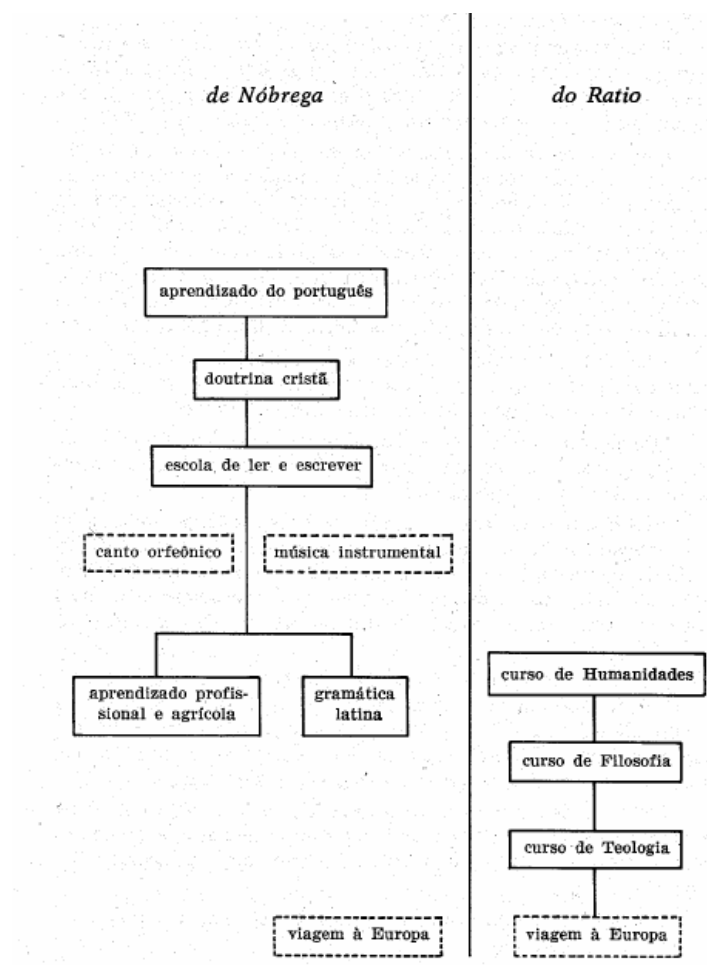
Mas, segundo Maria Luisa Ribeiro (2003,p.18), à conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução só passa a fazer parte das diretrizes básicas com o Governo Geral, primeiro representante do poder público na colônia, a partir da nova política ditada por D. João III. Luiz A. de Mattos Apud (RIBEIRO,2003), reforça a importância desse item dos regimentos afirmando que “dele dependeria:

[...] o êxito da arrojada empresa colonizadora, pois que, somente pela aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais civilização ocidental e cristã é que a colonização portuguesa poderia lançar raízes definitivas.”

Está claro que o sistema educacional está totalmente vinculado a política colonizadora portuguesa que objetivava o lucro a partir da retirada dos recursos naturais, da apropriação das especiarias e matérias-primas agrícolas. Sendo que a população colonial tinha como principal função propiciar este lucro, primeiro e em menor quantidade, para uma camada dominante metropolitana, os portugueses que moravam aqui, os senhores de terra, e depois e em maiores quantidades para a metrópole.

No primeiro momento colonial, segundo Maria Luisa Ribeiro (2003,p. 20), devido ao rápido esgotamento das matas costeiras de pau brasil, a dificuldade dos indígenas produzirem algo que interessasse ao mercado europeu, a possibilidade da existência de ouro, e o perigo de seu novo território ser dominado por outra potência fez com que o governo português abandonasse a ideia de colonizar através da ocupação e passou a colonizar pelo cultivo da terra, o que fez com que a base da economia passasse a ser a produção açucareira. Assim, a pequena nobreza existente no Brasil e seus descendentes, passam a servir de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais. Com isso, os jesuítas que eram os únicos educadores de profissão e que contavam com um grande apoio da metrópole, passam a receber subsídios do governo português para que se fundassem colégios que além de catequizar e instruir os índios também se incumbissem dos filhos dos colonos.(RIBEIRO,2003,p.21) . Estes colégios são o início das universidades brasileiras.

Desta forma, o plano de estudos, segundo Maria Luisa Ribeiro (2003, p.21), foi elaborado de forma a abranger essas duas principais funções, catequizar os índios e formar os filhos dos colonos. A imagem abaixo nos mostra os dois planos de ensino da época, feitos pelos estudiosos da época, Ratio a direita e o de Nobrega a esquerda.



Sabemos, que os índios não viajavam para a Europa e que os filhos de colonos não ficavam responsáveis pelo trabalho braçal. Assim, o plano legal que era instruir e catequizar os índios se transforma em instruir os descendentes dos colonizadores e catequizar os indígenas. Vale lembrar que a catequese além ser fonte de novos adeptos do catolicismo que estava estremecido pela Reforma Protestante, tornava o indígena mais dócil, facilitando a sua utilização como mão de obra escrava. Assim, os jesuítas tiveram um importante papel na formação dos comportamentos brasileiros, uma vez que foram os jesuítas, através das missões, que iniciaram o processo da catequização e instrução dos indígenas, ou seja transformar os índios em homens civilizados, modernos e principalmente dóceis e obedientes. E além de também, iniciarem o processo de instruir os descendentes dos colonizadores, a elite que se formava no Brasil.

Nesse período, segundo Maria Luisa,(2003,p. 24) havia a educação profissional dos negros, mestiços e indígenas, através do convívio, no ambiente de trabalho. A educação feminina que se restringia as boas maneiras e prendas domésticas. Por outro lado, as elites eram preparadas para o trabalho intelectual e para a religião. Esta formação criava nos alunos a exaltação do trabalho intelectual, em detrimento do manual, afastando-os dos problemas da realidade que viviam, além de os distinguir da maioria da população que era escrava e iletrada, disseminava a ideia de que o mundo civilizado estava lá fora, a Europa, servindo de modelo. É nesse período que se intensifica a diferenciação do ensino pela função econômico e social.

A formação nestas escolas, em conjunto com a propriedade de terra e escravos, eram critérios importantes de classificação social. Esta formação marcada pela rigidez, na maneira de pensar e na domesticação do corpo, em sua organização, as técnicas de disciplina e vigilância e seguem o uma ordem estabelecida pela autoridade e hierarquia, o que permite o controle do trabalho docente que só podia lecionar, após a idade de 30 anos, além dos livros e as questões a serem trabalhadas em sala de aula, serem selecionados cuidadosamente por superiores. Apresentamos um plano de ensino da ratio, para termos noção de como esse controle funcionava sobre os docentes. “se alguns forem amigos de novidades ou de espírito demasiadamente livre devem ser afastados sem hesitação do serviço docente. (RIBEIRO,2003,P. 25)

Com o passar do tempo, Portugal e conseqüentemente sua colônia e formação educacional são influenciados pelo movimento político e econômico do mundo capitalista, na posição de uma potência em decadência. Para o desenvolvimento do regime capitalista, os países precisaram ter

condições objetivas para ultrapassar o período. Pioneiro no período mercantil, Portugal teve dificuldades para industrializar-se, a Inglaterra no entanto realizou a passagem mais rapidamente e transformou-se em potência econômica. O sistema capitalista, causa profundas transformações na sociedade como um todo, sobretudo, porque é a partir desse novo período, que se disseminam as ideias de modernidade que estão presentes nos dias de hoje. Esta passagem, simboliza uma mudança de paradigma, e alterou as nossas imagens de liberdade e educação, e atingem o Brasil e seu ensino jesuítico. Colônia de Portugal, metrópole religiosa que estava afastada das influências modernas, as mudanças demoram a chegar por aqui.

Em 1759, a Companhia de Jesus é expulsa do Brasil porque, segundo (ibid.p. 28 e 33), além de ser detentora de um enorme poder econômico, conseguiu, com o “padrão de redízima” que consistia na arrecadação de 10% de todo o imposto real arrecadado nas capitanias. A Companhia de Jesus educava a serviço da ordem religiosa e não dos interesses da metrópole. Pombal, o então ministro de Estado, representa esta mudança de paradigmas para Portugal, e visava transformar Portugal em uma potência capitalista seguindo o exemplo da Inglaterra. Para isso segundo (RIBEIRO, 2003, p.33)

era preciso, no âmbito educacional, a formação modernizada da elite colonial para que esta se tornasse mais eficiente em sua função articuladora das atividades internas e os interesses de Portugal. Sendo assim, a formação passa a ter como critério formar o perfeito nobre, agora negociante, simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; torná-los os mais práticos possíveis.

Além disso, é nesse momento que se cria um cargo de diretor geral dos estudos que passa a proibir o ensino particular ou público sem licença do diretor geral.

Com essa caracterização, se constata que nesse momento temos um ensino público propriamente dito, financiado pelo e para o estado para desenvolver as condições necessárias da sociedade urbana e monocultural do capital. O Brasil, nesse cenário, promove as mudanças necessárias para a modernização do ensino alterando conteúdos, mas preservando os métodos da formação jesuíta.

O Brasil, com estas reformas está caminhando para ser um país independente, isso na verdade quer dizer, que o Brasil passou a seguir o projeto de modernidade, criado para e pelos países do Norte, para e pelo lucro de poucos sem a tutela de Portugal. A partir desse momento, cada vez mais pessoas que habitam o território Brasileiro cedem (não tão pacificamente, como

contam) e passam a acreditar e defender (não tanto, como contam) este projeto sem interferência externa tão próxima. Já estamos dóceis o suficiente, o Brasil é “autônomo” para desenvolver um projeto para a educação.

Com a autonomia política em 1822, era necessário uma constituição, o território brasileiro tinha a estrutura para levar adiante o projeto de modernização da educação: o estado, suas regras e, todas as suas instituições disciplinares. A escola está presente nesta constituição, segundo Maria Luísa pag 45 no art 250 que diz: “haverá no império escolas primárias em cada termo, ginásio em cada comarca, e universidades nos mais apropriados locais.”(in Silva,1969:192). O Brasil, apesar de sua “independência e autonomia” é controlado pelas potências europeias, tínhamos o suficiente para enviar informações sobre o território e capital necessário para mantermos um projeto educacional.

Nesse projeto as instituições de ensino, tem papel fundamental, transformar todos os corpos em corpos dóceis e as mentes, em mentes rígidas. A educação assume o projeto modernizante da educação, descritos e contextualizados na maquinaria de poder como um todo através de Foucault (1987) e já explicitada por mim anteriormente.

Desde então até hoje, o Brasil desenvolve o projeto da sociedade moderna, expandindo o alcance de todas as suas instituições disciplinares, inclusive as de ensino, fortalecendo o controle do estado sobre a população, exemplificando: quando a escola por lei, torna-se obrigatória e dever do Estado. Em 1826, no projeto de Januário da Cunha Barbosa, onde segundo (ibid, p. 46), “estavam presentes a ideia da educação como dever do Estado, da distribuição racional por todo território nacional das escolas dos diferentes graus e da necessária gradação do processo educativo.” Como consequência ocorre o aumento e a complexificação da administração das instituições e do estado ao mesmo tempo que o espaço analítico e todas as suas categorias, etapas, classificações, se amplie, como por exemplo, ao invés da priorização da relação professor - aluno temos um aumento das classificações hierárquicas da escola, alunos, monitores, inspetores, professores.

Um trecho do Francisco Larroyo extraído do livro a História da Educação Brasileira página 46, ilustra bem este processo:

Assim explica o método “lancasteriano”. “ os alunos de toda uma escola se dividem em grupos que ficam sobre a direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruem seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinadas pelo mestre horas antes. Estes alunos auxiliares se denominam monitores, (donde o nome também de sistema monitorial).

(...) Além dos monitores há na classe outro funcionário: o inspetor, que se encarrega de vigiar os monitores, de entregar a estes e deles recolher os utensílios de ensino, e de apontar ao professor os que devem ser premiados ou corrigidos.

(...) Um severo sistema de castigo e prêmio mantém a disciplina entre os alunos. O mestre se assemelha a um chefe de fábrica que tudo vigia e que intervém nos casos difíceis. Não dá lições, senão a monitores e aos jovens que desejam converter-se em professores. Era este um método planejado para solucionar o problema de educação popular, com uma quantidade insuficiente de professores.

Como o passar do tempo teremos um aumento das instituições de fiscalização e orientação, como por exemplo em 1854 a criação da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do município da corte que tinha como objetivo fiscalizar e orientar o ensino público e particular. Ou, mais para frente entre 1938 e 1954 houve a criação, segundo(RIBEIRO,2003,p.145), do INEP ( Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), SENAI, SENAC, CNP, CAPES entre outros. O aumento de pessoas trabalhando nas instituições, fazem com que o espaço urbano aumente e seja valorizado e o projeto de sociedade moderna se materializa no território brasileiro e no espaço global. Podemos ver isso de maneira geral com o aumento da burocracia e instituições na nossa sociedade.

O Brasil seguiu um projeto que não foi elaborado para seu território especificamente e que, portanto terá que ser adaptado e alterado constantemente. Uma das adaptações na área da educação, que é um bom exemplo, está em (RIBEIRO,2003,p. 47),

[...] para bom desenvolvimento do projeto o Brasil, ao se tornar independente, precisava de um planejamento que implantasse uma rede escolar capaz de receber todos em idade escolar, distribuídos em seus diferentes graus. Mas como a sociedade brasileira manteve sua base escravocrata, a clientela, os alunos se reduziram aos filhos dos “homens livres”, quando muito exigia a “popularização” do nível elementar, ou seja, da elite, descendente de portugueses e, depois de europeus.

Desta forma, o ensino no Brasil sempre foi feito de maneira seletiva, aqueles que tinham mais poder econômico e político tinham a melhor educação, providenciada pelo Estado ou quando este deixa de atender de forma satisfatória a elite, por instituições privadas. Restando para os pobres, uma educação voltada para a formação de mão de obra, sendo a escolaridade exigida conforme a necessidade imposta pelo mercado de trabalho.

Desde que o Brasil é o Brasil existe uma vinculação imediata da alfabetização com a “participação” na vida econômica, quanto mais graus atingimos maior nosso poder de consumo. Porém, esta participação se resume a possibilidade de um emprego como assalariado, e não na participação efetiva nos lucros. Dessa forma, o ensino superior só é visto como mais uma etapa



dessa seleção, seu objetivo é formar os profissionais mais qualificados e especializados, os que atuam na manutenção do sistema, na articulação entre os países do Norte e o território brasileiro, por isso feitos para poucos. As cidades crescem em termos populacionais contribuindo com a expansão urbana. Estes fatos nos permitem admitir que o processo de criação das universidades brasileira a partir de modelos importados, os mais avançados, mas resultantes de situações distintas, eram inoperantes em diversos aspectos. Maria luisa pag 55. (RIBEIRO,2003, p.55)

Com o passar do tempo, as cidades vão se desenvolvendo e se expandem por todos os estados do país, que passam a ter os habitantes das cidades como maioria da população. No entanto, a sobrevivência nas cidades, dentre muitas exigências, exige no mínimo a alfabetização, e a escolarização passa a ser questão de sobrevivência na cidade. O número de pessoas que precisam de escola, aumenta o número de pessoas na fila, para preencher as vagas, sempre maiores que as demandas do mercado de trabalho, a exigência de níveis de escolaridade, cada vez maiores, para a seleção nos postos de trabalho existentes aumentou o número de pessoas marginalizadas por não serem qualificadas. Segundo maria luisa, pag 161, as grandes massas rurais analfabetas, que a partir de 1960 migraram para as cidades, se tornaram um contingente de marginalizados nas periferias, das grandes cidades, dando origem aos processos de metropolização.

A prática educacional concebida pela modernidade, entre outros objetivos, tem como intenção transformar os homens e mulheres para as necessidades e interesses do mundo capitalista, o que nos permite pensar em uma escola para todos, para consolidar as ideias que aprisionam a humanidade. A criança, na idade de escolarização que passa a frequentar a escola, ao chegar à escola tem que refazer as representações de si mesmo e do mundo para se acomodar aos sentidos e significados estabelecidos pela escola. Ressaltamos que a escola para todos é herdeira do monoculturalismo que através da ideia de que existe uma natureza humana já dada, imóvel impõe princípio e valores fundamentados nesse pressuposto, ignorando que a natureza humana, possui uma subjetividade em constante processo de produção e construção, desconstrução, em que o corpo e o pensamento estão às voltas com o fora, a exterioridade que ainda não estão contaminadas pelo sistema.

#### **1.2.4 – O Momento Atual**

Vivemos, hoje no período da globalização, período este em que a periferia e o centro e todo o processo de produção deixaram de ser realizados no mesmo território e passaram a se encontrar em locais totalmente diferentes e distantes. Mas que, mesmo assim, continuam sendo aspectos de

uma única e mesma realidade. Por mais que os processos se deem em territórios diferentes eles se dão no mesmo espaço, o terrestre. Segundo Milton Santos (1986), o desenvolvimento e avanço das técnicas e tecnologias, permitiram a internacionalização da produção e com isso a internacionalização do consumo. Fazendo com que cada vez mais facilmente, nós consigamos perceber que somos parte do mesmo espaço, e por isso que hoje e cada vez mais tenhamos que considerar o espaço como totalidade. Espaço, este que engloba tanto a imagem do universal, que vem sendo criada e imposta pelo discurso hegemônico, como a das particularidades, que vem se tornando gritantes com a tentativa de se criar as mesmas ações em territórios com diferentes histórias, culturas, formas.

Para estudarmos este espaço total de forma a o relacionar com os seus diferentes territórios sem o simplificar, e sem generalizações, utilizamos de algumas categorias que não podem ser vistas de forma isolada, para que não se faça uma interpretação falsa. Dessa forma, vemos o ser desse espaço como o conjunto total das espécies, que constroem suas formas, sua existência a partir de processos, funções e a partir da sua compreensão do tempo. Categorias, estas que são relacionadas através das diferentes escalas e sistemas. Milton Santos (1986)

Não podemos nos esquecer de que a atualidade do espaço, que o tempo presente é formado de momentos que foram e que estão agora cristalizados como formas ou objetos geográficos atuais que participam da vida atual como forma indispensável à realização social. Estas formas geográficas se alteram e mudam de valor, e vem, através do trabalho humano, a modificar o espaço. Espaço, este que se modifica para atender as transformações da sociedade. Assim, as formas pretéritas, influenciam o movimento atual da sociedade. Isso fica claro eu percebemos que as determinações sociais devem levar em conta essas heranças do passado. Podemos resumir, assim como Milton Santos (1986), que o momento passado está morto como tempo, não porém como espaço. Dessa forma, as coisas nascem já prenhes de um simbolismo de representatividade, de uma intencionalidade destinadas a impor a ideia de um conteúdo e de um valor que em realidade elas não tem, porque suas formas foram construídas para atender outros conteúdos, em um determinada tempo histórico. Assim, o significado das coisas, dos conteúdos, das relações é deformado pela sua aparência, pela sua forma.

Vivemos em um período de transição, tempos da nova ordem mundial, de capitalismo tardio em escala global. Tempos das transnacionais que, por produzirem normas, bens e serviços, se confundem e se tornam concorrentes com o Estado. Tempos, estes de de neoliberalismo governamental e de soberania do mercado transnacional. Não há mais um centro fixo: seja ele de

poder, de produção e trabalho, de capital e cultura, de formação dos sujeitos. O conceito de centro é pensado como em modificação constante, como local não fixo, como um não lugar. Não existe mais nenhuma dinâmica central que explique todo o funcionamento da vida. (CORAZZA, 2001,P. 101)

As nossas imagens de liberdade foram e são construídas a partir das mudanças de paradigmas que se realizam no decorrer do tempo. Em Para uma Geografia Nova, Milton Santos nos diz que cada vez que há uma mudança tecnológica, organizacional ou social profunda, ou seja quando as condições gerais de realização da vida sobre a terra se modificam, ou a interpretação de fatos particulares concernentes à existência do homem e das coisas conhece evolução importante, os modelos de percepção da realidade mudam substancialmente. Nesse momento, todas as ciências ficam obrigadas a realinhar-se para poder exprimir, em termos de presente e não mais de passado, aquela parcela de realidade total que lhes cabe, construindo assim novas imagens do pensamento.

Está transição já está acontecendo, e por isso nossas imagens estão em transformação tanto como da mudança na imagem do conhecimento , da árvore para os rizomas, como na imagem do poder. Neste mundo em transformação, pós-humano, o poder que antes, tinha como imagem o big brother, do livro 1984 do George Orwell, ou do não haverás país nenhum, ou do panopticon, cadeia modelo estudada por Foucault, não podem mais representar o poder. Este poder de agora é menos visível, mais insidioso, sem centro fixo . Nem por isto, é menos duro e implacável. Nem por isto, deixa de ser eficaz e eficiente em seus privilegiamentos, abjeções e forclusões. (CORAZZA,2001, p.101 e 102 ).

Por sorte, ou dialética a globalização também faz a corporeidade ser redescoberta. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos, e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como um certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender. Além disso, a globalização nos permite pela primeira vez, a possibilidade de conseguirmos nos comunicar e ter a ideia do planeta terra como um todo, dos seres vivos como um todo. Milton Santos(1986) vai dizer que é a primeira vez na história que a gente convive com o futuro possível. Por isso, é preciso ter em mente que tudo que existe, inclusive as imagens do pensamento, pelo simples fato de sua própria existência articula o presente e o passado, e por esta mesma razão articula o presente com o futuro.

## **1.4 – A UFSJ a partir dos Documentos**

### **1.4.1 - O Discurso da UFSJ, suas Verdades e Questões**

O objetivo do trabalho é provocar questionamentos, reflexões e possíveis mudanças em todos que querem pensar sobre o que é ser educado e como isto interfere na nossa concepção de liberdade e, portanto para a prática do espaço banal, o espaço de todos. Escolhi como metodologia dos encontros, da geografia da superfícies, onde o lado de fora se constitui através das subjetividades resistentes. Agora, após encontros com os autores que ajudaram na formulação da minha temática e problema de pesquisa, me encontro com os documentos da UFSJ que representam o discurso de uma instituição moderna de ensino atual, que segundo Foucault (1987) são os melhores dispositivos para compreender a organização, os objetivos e as ferramentas dessa nova forma de organizar o poder que vem sendo estruturado a algum tempo.

Para Foucault, Apud (NETO, 2004,p.114) um enunciado, um currículo, um projeto, um regulamento, não faz parte do cotidiano. Estes tipos de escritos são atos discursivos muito especiais pois eles se separam dos significados triviais do dia a dia, para construir um campo mais ou menos autônomo e raro de sentidos que devem, em seguida, ser aceitos e sancionados numa rede discursiva, segundo uma ordem – no caso, em função de uma instituição que o acolhe. Assim, um discurso desse tipo, faz parte de um conjunto de tecnologias administrativas que, segundo Corazza (2001,p.79), em conjunto com um certo diagrama de forças políticas possibilitam a gerência, a governabilidade de um território e portanto, discursos como estes, enunciam a sua própria razão, e por estarmos falando de uma instituição estatal enunciam também a razão do estado. Desta forma, não estamos estudando qualquer discurso, mas sim um discurso que pertence a aquele conjunto que condiciona o que conta como conhecimento em um período particular. (NETO, 2004,P. 114)

Este encontro, com os documentos da UFSJ trata-se de uma primeira aproximação, que tem como objetivo inicial sacudir a quietude com a qual aceitamos seguir estes documentos, esta ordem, encontro que deve permitir fazer relações. Relações, necessárias, porém difíceis, pois ao olharmos com estes pressupostos, passamos a ver como este discurso politicamente correto e institucional faz parte de toda uma maquinaria de poder que impregna nossos corpos de docilidade e obediência e perpetuando, todas as crueldades humanas, ou pelo menos uma boa parte delas. Além de correremos o risco de descobrir que aquela educação que considerávamos “nossas”, estão também “capitalizadas”, “globalizadas”, “neoliberalizadas”. Com estas relações nos arriscamos a perceber que a educação institucional diz a mesma coisa que aquelas pelas as quais lutamos, que se dizem resistência. Corremos o risco de perceber, que, talvez, já tenha chegado o tempo em que a dissipação das diferenças nos leva a não saber mais quem somos, o que queremos, o que

propormos. Em que a dispersão dos limites nos leva a não identificar mais pelo que educamos e escrevemos, lutamos e vivemos.(CORAZZA, 2001, P. 110 e 111)

Nessa parte do trabalho, as relações se darão com o discurso formal, explícito, oficial com aquele que é dito que se faz, ou que deve ser feito, com aquele apresentado nos documentos. Assim como Corazza (2001,p. 81), reafirmo que:

que para compreender as formas contemporâneas da governamentalização liberal, é necessário analisar não apenas seus grandes esquemas políticos, operações econômicas, o mercado livre, a globalização excludente, mas também mecanismos aparentemente“humildes”, que tornam possível governar. Desta forma, acredito que estes documentos dão voz a instituição dando suas respostas particulares localizadas na rede discursiva das relações de poder-saber-subjetividade da sociedade.

E por isso foram vistos, assim como os PCN's pela Corazza (2001,p. 79), como derivativos da lógica governamental, que rege todos os currículos nacionais das democracias (neo) liberais, ou seja como uma das tática constemporâneas de governo. Para compreender o discurso da instituição e, conseqüentemente o do Estado, foram lidos três documentos o Regimento Geral, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia, licenciatura e bacharelado, de 2014, para o estudo da educação institucional e para facilitar, na próxima etapa do trabalho, destacamos que a relação entre o espaço e o território, que é a educação foco principal do currículo proposto pela Geografia da UFSJ, percorremos-um caminho em que as escalas variam, para que possamos conhecer as escalas de poder e o seu entrelaçamento. Mudamos de escala, do global para o local, da Europa, do Brasil para Minas,São João Del Rei, das instituições disciplinares para a UFSJ. Do espaço para o território que abrange o lugar, pois quem está escrevendo além de viver e construir o território e também tem relações de afeto com ele.

Para começarmos a falar dos documentos, ou melhor do discurso da instituição é preciso deixar claro, que como Foucault (1971, p.8 e 9),

que existem muitos procedimentos de controle e delimitação do discurso. Em nossa sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade. Todos sabem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um não pode falar de qualquer coisa. Por isso, escolhemos nos encontrar com o discurso da instituição, por mais que os discursos pareçam coisa pouca, as proibições que o atingem revelam logo, sua ligação com o desejo e com o poder. (grifos nossos)

Temos que ter em mente que o discurso, segundo Foucault (1971, P. 49 e 45.) nada mais é, que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos, são as coisas mesmas e

os acontecimentos que se tornam insensivelmente discurso, manifestando o segredo da sua própria essência. Este seria o discurso verdadeiro, digamos, assim, que estaria presente nesse estudo, “que só promete a verdade ao próprio desejo de verdade e somente ao poder de pensá-la.”(Ibid p. 45)

Discurso, este que por estar estritamente vinculada a essência,

liberta do desejo e libera do poder. Além de não reconhecer a vontade de verdade que o atravessa e que se impõem a nós há bastante tempo, e que, só aparece aos nossos olhos como uma verdade que é riqueza, fecundidade, força doce, e insidiosamente universal que é ao mesmo tempo uma prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade. (Ibid, P. 20).

Essa vontade de verdade imposta em nossos corpos, além de criar, segundo Foucault (1971,p.50)

uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem e de perigoso, desse grande incessante e desordenado do discurso.

Cria também, com o passar do tempo, verdades que se tornam inquestionáveis, devido as regras que atuam na produção de discurso e essa logofobia,

Assim, os discursos definem regimes de verdades que balizam e separam o verdadeiro de seu contrário. Desse modo os discursos não descobrem verdades, senão as inventam. Deleuze resume essa questão: “a verdade é inseparável do processo que a estabelece. Por isso precisamos ter clareza de que temos o saber, a verdade como construção histórica. E, como construção histórica, um saber que produz ele mesmo suas verdades, seus regimes de verdade que, ao mesmo tempo, se instauram e se revelam nas práticas discursivas e não discursivas. (NETO, 2004,P.122 E 156).

Foucault segundo Neto, (2005, p. 115) usa a palavra episteme para designar “o conjunto básico de regras que governam a produção de discursos de uma determinada época”, em outras palavras, episteme designa um conjunto de condições, de princípios, de enunciados e regras que regem sua distribuição, que funcionam como condições de possibilidade para que algo seja pensando em uma determinada época. Podemos dizer que o discurso da instituição faz parte da episteme da nossa época. E por isso, que acreditamos que talvez seja mais produtivo, em termos tanto teóricos quanto políticos, perguntar pelos processos que estabelecem uma verdade, pois é aí que se dão as arbitrariedades e a violência da exclusão, e não propriamente dentro de um discurso, nas proposições em si (NETO, 2005, p.125). Portanto, não me preocupei com a ideologia, interesses de classe, poder econômico, formas de produção presentes nos documentos e que mudam conforme o Governo muda. Tentei, assim como Corazza,(2001,p.80)

examinar como estes documentos funcionam para os governos que os escreveu, enquanto uma das formas privilegiadas de governamentalizar o Estado. Formas disposta por técnicas de poder, modos de saber, e efeitos de verdade, que fazem da administração da subjetividade [dos membros da UFSJ], uma importante tecnologia de governo; e transformam o campo do currículo numa nova, abrangente e eficaz tática de governo do Estado.

Assim, o que mais interessa então é (...)conseguirmos mapear o regime de verdade que o acolhe o discurso da instituição, e que ao mesmo tempo, ele sustenta, reforça, justifica e dá vida. (NETO,2005, P.127)

Ou seja, entendo o discurso da UFSJ, assim como Sandra Corazza ( 2001,P.108) entende os PCN's

como tendo uma função governamental que inscreve formas calculadas de ação sobre as condutas e relações de cada indivíduo e da população, para atingir certos objetivos sociais e políticos. Um discurso vinculado a tecnologias de governo, que habilitam os indivíduos a viverem tipos particulares de experiências, e a tornarem determinados tipos de sujeitos.

#### **1.4.2 – O Regimento Geral e O Estatuto – A Organização de uma Instituição de Ensino, a UFSJ**

Iniciamos nosso percurso através da leitura do Regimento Geral e o Estatuto da Universidade porque são eles que interligam, fazem a ponte entre o poder institucional e os indivíduos da UFSJ. Regulamentando, organizando, classificando as funções, os deveres, os cargos, e os corpos, submetendo-os a constante avaliação e fiscalização. As ações regulamentadas de forma a sofrerem algum tipo de punição se não tiverem de acordo com os regulamentos ou de receber algum tipo de privilégio caso estejam extremamente de acordo com os regulamentos. Analisando estes documentos conseguimos entender como que uma instituição moderna de ensino, mais especificamente a UFSJ, se estrutura hoje.

Apresento aqui, reflexões, questionamentos e descobertas que surgiram com a leitura e compreensão dos documentos e as relações encontradas e construídas com os Textos lidos que fazem parte da primeira parte, partindo do livro vigiar e punir do Michael Foucault e da caracterização histórica da Maria Luisa. Reflexões que podem ser sintetizados pelas seguintes questões: como a UFSJ se organiza? Como são os regulamentos da UFSJ? Qual é discurso da instituição? e como ele é construído?

Chegando em algumas respostas para essas questões, podemos pensar, fazer, criar relações entre as instituições disciplinares de ensino definidas por Foucault e a UFSJ. E assim chego, enfim, ao território que me encontro, podendo (?) finalmente, conversar, como colegas de profissão que

seremos, sobre educação com os professores com os quais eu convivi por 4 anos e que tinham, como um dos objetivos, segundo o Estatuto da UFSJ p. 4. “me tornar apta para a inserção no mundo do trabalho e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.” Para, enfim, conversarmos sobre o curso que estamos construindo hoje e no qual estou sendo formada. Este, que era um dos objetivos iniciais do trabalho mas, que por estar em uma instituição disciplinar, que portanto, controla os discursos e seleciona os sujeitos que falam, precisa, para ser atingido, satisfazer a certas exigências e qualificações. Afinal de contas, nem todas as regiões do discurso são igualmente penetráveis.(Foucault,1971,p. 37)

Os documentos, permitem que tenhamos uma ideia de como a UFSJ está organizada, o que possibilita localizar a UFSJ dentro da maquinaria de poder que se expressa através do Estado. Para tanto, apresento alguns esquemas em anexo que traduzem, ou tentam traduzir, as informações contidas no Estatuto e no Regimento Geral da UFSJ, já que estes, não são, definitivamente, textos fluídos.

Os documentos e os esquemas, mostram que a Universidade Federal de São João Del Rei se estrutura de maneira similar a todas as instituições disciplinares. Seus regulamentos e regras podem ser caracterizados como um sistema de proibições e de obrigações, ou direito e deveres acabam por construir, ou permitir a construção de uma arquitetura fechada, complexa e hierarquizada que se integra no próprio corpo do aparelho do estado (Foucault,1987 p. 96). Regulamentos, que juntamente com a disciplina e a vigilância, formam cidadãos, “aptos ao mundo do trabalho e prontos para atuar no desenvolvimento social (Estatuto,p.4).” Ou dito de outro jeito, estão ai para formar cidadãos dóceis que cumpram as leis e as ordens, que sejam submissos aos seus superiores e ao estado e desenvolvam a sociedade a partir da moral ensinada, primeiramente, e imposta por esta maquinaria e mantida pela consolidação do normal.

O estatuto, o regimento geral e outros regulamentos, definem tarefas, funções, movimentos, atividades regulares, bons hábitos que organizam, através da disciplina e observação constante, a universidade e seu espaço de forma analítica. Mantendo os sujeitos obedientes, sujeitos a regras, ordens e a uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e entorno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele.(ibid. p.106). Os regulamentos, assim como as leis, institucionalizam o poder de punir, pois a partir deles todos sabem os critérios da vigilância e podem assim, vigiar os demais, de forma que o poder de punir perpassa por toda a rede social, no caso, a rede social da UFSJ, atuando de alguma forma em cada corpo dessa rede.



Para se formar um espaço analítico, organizado pela disciplina é preciso primeiramente distribuir os indivíduos no espaço, dividindo o espaço em tantas parcelas quantos corpos ou elementos há a repartir (Foucault,1987, p.121). Para manter a estrutura da universidade, cada funcionário tem sua função bem delimitada. Os regulamentos deixam isso claro, quando organizam as pessoas por cargos, funções e tarefas, que possibilitam vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos. Vide uma das funções do conselho universitário, determinada pelo estatuto. Aprovar normas decisórias sobre o desempenho dos servidores para fins de progressão por mérito.p.6. Dessa forma, a disciplina individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. (Ibid,P.125). Se pensarmos na UFSJ, seus regulamentos distribuem os indivíduos e os fazem circular em numa rede de relações determinadas pelas funções e pelas regras, de forma que estes são qualificados pela forma de execução ou não, das tarefas. Sua coragem ou força não são mais as principais variáveis que o definem, mas a posição que ele ocupa na hierarquia, a regularidade de suas ações, a boa ordem segundo as quais opera seus deslocamentos. (Ibid.P.138)

Esta rede de relações, por ser disciplinar é hierárquica, e mantida, qualificada e quantificada através de diversas técnicas, que mudam de forma conforme mudam as categorias e níveis. Para os estudantes, uma das técnicas é o CR que classifica os estudantes por média das notas finais das matérias cursadas no semestre, esta classificação em conjunto com outras técnicas, são critério de escolha para outras funções, como monitores e projetos de iniciação a docência, por exemplo. Mas, em um espaço desses não são só os estudantes que são classificados, mas todos que dele fazem parte. Isso fica claro ao pensarmos que, inicialmente, todos passam por uma prova, seja de vestibular ou de concurso público, que permitirá uma primeira avaliação do indivíduo, que dirá se ele é bom o suficiente, pelos critérios da universidade, de participar desse espaço e que já permitirá uma classificação inicial, para que ele já possa, assim, ser categorizado e ter seus direitos e deveres delimitados.

Se estamos presentes no regulamento, já fazemos parte do espaço analítico em constante construção da UFSJ, e por isso já estamos sendo levados a exercer determinadas funções, horários, comportamentos, já estamos tendo nosso corpo moldado. Segundo Foucault (1987,p.181e 244)

A modelagem do corpo dá lugar a um conhecimento do indivíduo, o aprendizado das técnicas induz a modos de comportamento e a aquisição de aptidões se mistura com a fixação de relações de poder; formam-se bons agricultores vigorosos e hábeis; nesse mesmo trabalho, desde que tecnicamente controlado, fabricam-se indivíduos submissos, e constitui-se sobre eles um saber em que se pode confiar.

De forma a regulamentar, tornar estático os movimentos, e assim, neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la.

E ao mesmo tempo, só por fazermos parte deste espaço, já somos pontos de informações que muitas vezes, se transformarão em estatísticas para as instituições disciplinares e consequentemente fundamentos para ações do estado ou pontos que se transformarão em mão de obra das instituições e executores dos projetos estatais. Essas informações são conseguidas através de documentos como provas, trabalhos, projetos e também a partir das informações sobre o comportamento que os superiores passam para os superiores deles.

Os regulamentos nos mostram que além de cargos e órgãos que tenham como função executar algo, muitos deles tem como função a supervisão, a coordenação, o acompanhamento enfim, a vigilância de alguma tarefa ou de alguma pessoa. Dessa forma mesmo que tenha uma hierarquia onde o reitor seria o cargo máximo, todos atuam como vigilantes disciplinares sobre todos, apontando tudo que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios (Foucault,1987, P.149) Ou seja, para manter a organização e a disciplina é preciso que tenham pessoas especializadas cujas as tarefas sejam o controle, a observação, a fiscalização, a vigilância. Esta especialização se dá, muitas vezes, através de cursos técnicos e superiores, que tem como principal função formar os chefes e professores da sociedade. Escolas, estas que tem como elemento essencial submeter os futuros professores e chefes, aos mesmos comportamentos e coerções que são “submetidos como alunos à disciplina que deverão, como professores ou chefes, impor mais tarde”. Nessas escolas principalmente que a arte das relações de poder é ensinada, no caso dos países do sul, da submissão.

No caso do Brasil, as escolas para os homens da direção; chefes ou subchefes de família, monitores ou contramestres, foram organizadas no território colonial, pois, esses homens, tinham que viver bem próximos dos colonizados, praticamente nunca os deixavam, vigiando-os, as escravas, imigrantes, pretas, pobres, dia e noite. Desta forma, constituía-se, entre eles, chefes e subordinados, uma rede de vigilância permanente que, depois da transformação dos índios, dos escravos e de todas as pessoas em cidadãos, com a sua organização em leis, passa a ser de todos sob todos, mesmo que em formas e níveis diferentes.

Esta rede de vigilância também é regulamentada e hierarquizada de forma que fiscais também estejam perpetuamente fiscalizados. Segundo Foucault, 1987 p.148

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas funciona como uma máquina. Mesmo que sua organização piramidal lhe de um chefe, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio.

Nota-se claramente isso nos documentos estudados, onde todos que fazem parte da UFSJ, desde os discentes até o reitor, tem seus direitos, deveres e princípios definidos, para serem seguidos, e tem suas ações observadas por superiores ou, no caso do reitor, tem suas ações controladas por conselhos, órgãos deliberativos da universidade. Não podemos nos esquecer, que as funções são definidas independentemente da pessoa que ocupa aquela determinada categoria porque o que importa é manter a ordem e não a satisfazer o indivíduo

Assim, a vigilância em conjunto com a regulamentação em um regime disciplinar cria o poder da norma. De forma que o normal passa a se estabelecer como princípio de coerção. Pois dessa maneira, a vigilância passa a ser permanente em seus efeitos mesmo que descontínua em sua ação,(Ibid,p.166), o que interessa é que os funcionários, os cidadãos saibam que estão sendo acompanhados, vigiados, avaliados continuamente sem ter necessidade de realmente o ser. Sendo assim, as instituições disciplinares, atuam constantemente nos nossos corpos, todo o dia, de forma a espalhar a instrução, desenvolver a economia, aumentar a produção, elevar o nível da moral pública(Ibid,p.172), enfim, na criação e manutenção do homem moderno. Já que,

sem deixar de ser uma maneira de fazer respeitar os regulamentos e as autoridades, de impedir os roubos e a dissipação, tende a fazer crescer as aptidões, as velocidades, os rendimentos e portanto os lucros; ela continua moralizar as condutas, mas cada vez mais ela modela os comportamentos e faz os corpos entrarem a força em uma máquina, em uma economia, em um sistema, em uma estrutura. (Foucault,1987,p.174)

Dessa forma, a disciplina, processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é, com o mínimo ônus, reduzida como força “política”, e maximalizada como força útil.(IbidP.182),

permite a continuidade dos critérios e mecanismos punitivos, a partir do simples desvio, fazem pesar cada vez mais a regra e agravam a sanção. Gradação contínua das autoridades instituídas, especializadas e competentes (na ordem do saber e do poder) que, sem arbitrariedade, mas segundo regulamentos, por meio da verificação e medida hierarquizam, diferenciam, sancionam, punem e vão pouco a pouco da sanção dos desvios ao castigo dos crimes. Foucault(1987,p.247)

Fica claro, que a UFSJ, assim como todos os sistemas disciplinares, funciona, na essência, como um pequeno mecanismo penal, beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas sanções particulares e suas instâncias de julgamento.

As disciplinas estabelecem uma “infra-penalidade”; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença. Foucault (ibid,p. 149)

Sendo assim, podemos dizer que todos os regulamentos, inclusive as leis, são técnicas de comportamento e os funcionários da UFSJ e todos os cidadãos que defendem as leis e que dela utilizam são técnicos, pois são eles que as executam, colocando esta técnica em ação, transformando o espaço. Dá mesma forma que os regulamentos da UFSJ, as leis regulamentam a sociedade através do sistema judiciário, e se

o juridismo universal da sociedade moderna parece fixar limites ao exercício dos poderes, seu poder de coerção difundido em toda parte faz funcionar, ao arripio do direito, uma maquinaria ao mesmo tempo imensa e minúscula que sustenta, reforça, multiplica a assimetria dos poderes e torna vão os limites que lhe foram traçados. Foucault(1987,p.184)

A UFSJ é um exemplo de como a justiça penal transporta essa técnica da instituição penal para o todo o corpo social. Criando, em conjunto com todos os sistemas disciplinares que se regularizam a partir de leis, um sistema que faz pesar sobre a menor ilegalidade, sobre a mínima irregularidade, desvio ou anomalia, a ameaça da delinquência (Ibid,p.246).

Por fim, mas não menos importante, é preciso ressaltar que para que se mantenham as regras e assim os cargos, os chefes, e a estrutura, o dispositivo disciplinar será democraticamente controlado.(Ibid,p.171) Isto, também se confirma nos documentos estudados da UFSJ, pois todas as reuniões deliberativas, sem exceção, são compostas por no mínimo 70% de docentes, sendo que os outros 30% ou menos dos participantes, são divididos entre as outras categorias que variam entre discentes, funcionários técnicos-administrativos e comunidade externa. E tem suas decisões tomadas através de votação por maioria simples, com quórum mínimo de 2/3 dos participantes.

Assim, a partir do século XX, construímos um espaço analítico com base no normal e na norma. Norma, esta que segundo Neto (2004,p.90) é saturante, ou seja, ela não admite exterior, fazendo de todos um caso seu: normal ou anormal. O anormal, portanto está na norma, está ao abrigo da norma, ainda que seja tomado como o oposto do normal. Assim, fica claro que com os mesmos mecanismos de vigilância e disciplina adentra-se a docilidade e fabrica-se a delinquência.

Sendo assim, diante desse espaço disciplinado, com aspecto de lei, temos a ilegalidade que se impõem como direito e a indisciplina como forma de ruptura, nata e imediata, que exprime liberdade. Liberdade, esta vista como o desenvolvimento mais espontâneo da individualidade (Foucault,1987,p.242.). Dessa maneira, o adversário do soberano que passou a inimigo social,

transforma-se em desviador, indisciplinado que traz consigo o perigo múltiplo da desordem, do crime, da loucura. (Ibid,p.248)

Segue citações tiradas dos documentos estudados da UFSJ, que complementam os esquemas e o exposto acima:

#### Sobre as Regras:

A Universidade é representada, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente pelo Reitor, e somente ele pode fazer pronunciamento em nome dela ou autorizar que outrem o faça, vedado o de caráter político-partidário. Estatuto, p.15

O Conselho poderá deliberar pela votação secreta, por solicitação de qualquer conselheiro, quando se tratar de matéria relativa a interesse pessoal. Regimento, P. 6

Art. 62. Os cursos de graduação têm sua criação e extinção apreciadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, observadas as leis e diretrizes estabelecidas pelo MEC, e aprovadas pelo Conselho Universitário. Regimento, p. 20

Art. 98. O regime disciplinar obedece à legislação vigente.

Art. 99. O regime disciplinar se pauta:

I – pelo respeito à integridade física e moral de cada membro da comunidade;

II – no respeito ao exercício das práticas acadêmicas e administrativas;

III – na preservação do patrimônio institucional. Regimento, p. 26

Nas ausências do Reitor e do Vice-reitor, a responsabilidade do cargo passa a ser, pela ordem, do Pró-reitor de Ensino de Graduação, do Pró-reitor de Pesquisa e Pós- Graduação, do Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, do Pró-reitor de Administração, do Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento e do Pró-reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Estatuto, p. 10

#### Sobre as classificações:

Art. 124. Entendem-se por atividades de magistério superior:

I – as pertinentes ao ensino, na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

II – as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria Universidade e outras previstas na legislação vigente. Regimento, p. 30

A progressão horizontal é automática, desde que o docente apresente desempenho satisfatório em avaliação realizada pelo Departamento de origem, com base nos relatórios de atividades docentes e obedecidos os critérios estabelecidos em resolução própria. Regimento, p. 31

A progressão vertical se dá por titulação ou, excepcionalmente, por mérito, consideradas as condições especiais que justifiquem a não titulação e obedecidos os critérios estabelecidos em regulamentação própria. Regimento, p. 31

#### Sobre os deveres e os cargos:

Art. 27. Ao Pró-Reitor de Ensino de Graduação compete:

I – supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação;

IV – executar a política estabelecida pelos Colegiados Superiores no que diz respeito às atividades de ensino de graduação;

V – viabilizar as decisões da Congregação quanto às atividades de ensino de graduação; Regimento, p. 9

Art. 28. Ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação compete:

I – supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Regimento, p. 9

Art. 29. Ao Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários compete:

I – supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários; Regimento, P.10

Ao Pró-Reitor de Administração compete:

I – supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Administração; Regimento, P.10

XIV – elaborar o plano e o relatório anuais de trabalho da Pró-Reitoria de Administração. Regimento, P.10

Ao Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento compete:

I – supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento; Regimento, p.11

IX – emitir parecer sobre projetos de utilização de área física, no âmbito de sua competência; Regimento, p.11

X – avaliar a execução da programação global das atividades da UFSJ, no que diz respeito à execução orçamentária; Regimento, p.11

Ao Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas compete:

I – supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; Regimento, p. 12

VII – promover o desenvolvimento de pessoas através de propostas e acompanhamento de:

a) programas de capacitação, qualificação e treinamento do servidor e

b) programas de gestão de desempenho do servidor. Regimento, p. 12

**VIII – elaborar projetos de dimensionamento do corpo de servidores técnicos administrativos; Regimento, p. 12**

X – capacitar e treinar as pessoas para o desempenho de funções técnicas e administrativas; Regimento, p. 12

Ao Pró-Reitor de Assuntos Estudantis compete:

– supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; Regimento, p.13

Ao Chefe de Departamento compete:

- I – dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do Departamento; Regimento, p.16
- X – zelar pelo patrimônio sob a guarda do Departamento; Regimento, p.16
- XI – orientar e acompanhar o docente ou servidor técnico administrativo em estágio probatório; Regimento, p.16
- XIII – cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto da Universidade, deste Regimento Geral e do regimento interno dos Departamentos, bem como as deliberações dos Órgãos Colegiados Superiores, da Congregação, da Administração Superior e da Assembléia Departamental; Regimento, p.16

Ao coordenador de curso de graduação compete:

- III – orientar e acompanhar a vida escolar dos alunos do curso;
- V – assegurar a coerência entre a prática pedagógica e as diretrizes didático-pedagógicas fixadas pelo Colegiado de Curso; Regimento, p.17
- X – exercer o poder disciplinar, no âmbito de sua competência; Regimento, p.18

Ao Pró-Reitor de Administração compete:

- I – supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Administração;
- IV – executar a política estabelecida pelos Colegiados Superiores no que diz respeito às atividades de ensino de graduação; Regimento, p.9.

Ao Conselho Universitário compete:

- VI. aprovar normas decisórias sobre o desempenho dos servidores para fins de progressão por mérito;

Ao Vice-reitor compete: IV. desempenhar as tarefas que lhe forem delegadas pelo Reitor. Estatuto, p.11

#### Sobre as punições:

São infrações à disciplina:

- I – atitudes incompatíveis com a dignidade da vida institucional, conforme o Código de Ética da UFSJ;
  - II – abuso, negligência, imperícia, imprudência e omissão no exercício de funções, que afetem o bom funcionamento da Instituição. Regimento, p. 27
- Art. 101. As sanções disciplinares, além das previstas na legislação aplicável a cada categoria, são:
- I – advertência;
  - II – suspensão;
  - III – demissão;
  - IV – cassação de aposentadoria ou disponibilidade. Regimento, p. 27

São observadas, na aplicação das sanções disciplinares previstas no artigo anterior, as seguintes normas:

- I – a advertência escrita;
- II – a suspensão pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias acarretando o afastamento de suas atividades e a perda da remuneração, respeitando-se o disposto na legislação vigente;
- III – a penalidade de suspensão é imposta por portaria, com o fundamento legal e o motivo da aplicação, após conclusão irreversível do processo legal;

IV – as sanções aplicadas constam dos assentamentos do servidor. Regimento, p. 27

É facultado a qualquer membro do corpo docente ou técnico-administrativo, pessoalmente e/ou por representante credenciado, comparecer, com o direito à defesa, à sessão em que é julgado disciplinarmente, em grau de recurso. Regimento, p. 27

Art. 108. Os discentes da Universidade estão sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

I – advertência, por escrito e anotada na ficha cadastral do discente;

II – suspensão, implicando o afastamento do discente de todas as atividades acadêmicas, inclusive das atividades complementares, que é decidida:

a) pelo coordenador de curso, após deliberação do Colegiado de Curso, em assuntos de natureza acadêmica no âmbito de sua competência;

b) pelo Reitor, depois de concluído o processo disciplinar conduzido por comissão por ele constituída para apurar assuntos de natureza administrativa ou acadêmica que extrapolem as competências do Colegiado do Curso e ofensas pessoais;

III – a exclusão, decidida pelo Reitor, depois de concluído o processo disciplinar, conduzido por uma comissão designada por ele. Regimento, p. 28

Perde o mandato o conselheiro que faltar, no período de um ano, a uma reunião sem justificativa ou com justificativa não aceita pelo Conselho ou a três reuniões ordinárias, mesmo com justificativas aceitas pelo Conselho. Regimento, P. 6

### **Sobre os objetivos e finalidades:**

- Art. 4o São finalidades da Universidade Federal de São João del-Rei a geração (...) do conhecimento, através da pesquisa e da extensão, de forma indissociável entre si e integrados na educação do cidadão, na formação científica e técnico-profissional, na difusão da cultura e na produção filosófica, artística, científica e tecnológica. Estatuto, p. 4

- aperfeiçoar a cultura de avaliação e de prestação de contas de suas atividades à comunidade interna e externa. Estatuto, p. 4

### **1.4.3 – O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**

Depois da compreensão da estrutura através do regimento interno e do estatuto, passamos para o PDI. Documento, este que tem como principal objetivo, escrito na p.6 , apresentar os princípios da UFSJ, bem como as diretrizes e metas a serem alcançadas no período de 2014 a 2018. Como vimos no tópico anterior, as instituições federais de ensino, assim como a UFSJ são instituições disciplinares. Assim, este documento por ser institucional continua mostrando o discurso da instituição e conseqüentemente do estado. Por isso, podemos dizer que este documento nos permite ver quais são as metas do ensino superior para os próximos anos, e quais são os princípios da educação estatal.



Segue a baixo uma lista das principais metas para o ensino superior da UFSJ, tiradas do PDI:

- aumento da inserção da UFSJ no cenário regional e nacional, dando passos importantes na direção da internacionalização. Pag 9
- A realização de uma reforma administrativa e a implantação de um sistema de gestão integrada das atividades administrativas e acadêmicas que permitirá o aumento da eficácia e maior agilidade nos processos e a transparência em sua execução, elementos essenciais na gestão pública. Para consolidar a expansão iniciada em 2007 e se lançar em novos movimentos de crescimento. Pag 9 e 10
- Ampliar e consolidar os cursos de graduação e pós-graduação pag 15
- Ampliar a produção técnico-científica e a inovação Tecnológica pag 15
- Fortalecer e ampliar as relações entre a UFSJ e as instituições nacionais e internacionais pag 16
- Melhoria da avaliação dos programas junto à Capes e, em especial, à criação de novos cursos de doutorado.pag 46
- Pretende-se, com essas metas, alcançar um quadro discente com cerca de 800 matriculados em programas de mestrado, e 60 em doutorado, nos próximos 5 anos. Essa previsão reflete a demanda crescente de profissionais qualificados para atuar na região, tanto no setor público, quanto no privado. Pag 51
- grupos de pesquisa capazes de se comprometerem com uma agenda para a criação, em curto e médio prazo, de novos programas de pós-graduação stricto sensu, objetivo estratégico fundamental da instituição pag 60
- A universidade mantém contratos, acordos, convênios e outros compromissos que visam, sobretudo, ao estabelecimento de parcerias com instituições/empresas, para buscar desenvolver suas atividades da melhor maneira e permitir que haja melhoria do desenvolvimento social de discentes e da comunidade em geral. O apoio técnico buscado em tais instituições visa aos seguintes objetivos: inserção de discentes estagiários em empresas, inclusão social de jovens em situação de risco por meio de projetos específicos, formação e acompanhamento de indivíduos na criação e gerência de pequenos negócios a partir de incubadoras de empresas e de cooperativas populares e tratamento psicológico para pessoas da comunidade, entre outros. pag 77 e 78
- A consolidação dos Programas de Pós-graduação existentes, com o objetivo de melhor estruturá-los em suas infraestruturas laboratoriais e no fortalecimento das linhas de pesquisa, estimulando a produção acadêmica e a maior interação nacional e internacional de seus pesquisadores, para em curto e médio prazo implantarmos novos cursos de Doutorado.pag 82

Com isso exposto, podemos ver que a UFSJ busca, resumidamente, o aumento dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado para atender a demanda do mercado de trabalho. Ou seja, a instituição visa o seu crescimento.

Assim, chegamos a conclusão, a partir dos documentos da UFSJ, de que o estado busca hoje ampliar a rede da disciplina e da vigilância, chegando a internacionalização, abrangendo cada ponto de todo espaço social. De forma que aumente o controle e a vigilância sobre os corpos, e principalmente que aumente a formação de corpos dóceis e hábeis, disciplinados e obedientes. Isto é, corpos que continuem submissos e que mantenham o sistema econômico e a estrutura da sociedade da forma que está. Lembrando que segundo Foucault Apud (NETO, 2004, P.145),

o Estado não é fonte central do poder, mas sim uma matriz de individualização “sobre” a qual cada um tem construída a sua subjetividade, vive sua vida, pratica suas ações. O poder se exerce no estado, mas não se deriva dele, pelo contrário, o poder se estatizou ao se abrigar e se legitimar a sobre a tutela das instituições estatais

Segue alguns trechos do documento que nos mostra que este crescimento busca a internacionalização.

-faz em parte de um plano estratégico de internacionalização denominado “UFSJ participativa, plural e internacional”.pag 30

-Em um mundo de relações globais, o trabalho em redes é importante para o desenvolvimento estratégico da internacionalização.pag35

- Paradoxalmente, através das relações internacionais, há um fortalecimento dos valores locais a partir das trocas globais. Pag 36

- mais uma interface de internacionalização da UFSJ, na medida em que intensifica o seu diálogo com outras instituições ao redor do mundo, buscando o intercâmbio de práticas culturais e artísticas sustentáveis, engajadas em processos de fortalecimento da cidadania mundial.pag 56

A internacionalização que aparece no PDI, diz buscar, entre outras coisas, o fortalecimento da cidadania mundial e um fortalecimento dos valores locais a partir das trocas globais. A maneira que a internacionalização da UFSJ aparece no documento em questão, nos remete a Milton Santos (2002), que diz que o período da globalização, que vivemos hoje mas que não se iniciou hoje, é marcado pela exploração, ocupação territorial e a imposição de uma nova cultura em detrimento daquela que já existia no território com suas culturas, suas línguas e suas religiões. O processo da globalização foi se intensificando a partir das modificações das condições materiais que levaram ao aumento da produção e o desenvolvimento de técnicas avançadas, chegando ao ponto da globalização mundial. Seguindo essa linha de raciocínio, caracterizou-se a globalização como um estágio supremo da internacionalização que faz da padronização da vida algo que deve se enaltecer.

Além disso, a ideologia da globalização que vem sendo relacionada com o progresso econômico e a implementação de novas tecnologias tem visto seu crescimento ser feito, segundo OLIVEIRA (2002,p.2)

mediante o desrespeito e a desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções, já teria funcionado como “Cavalo de Tróia”, que, vestido da sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades.

Criando uma globalização do modo de vida, que por ter como principal objetivo o lucro e o poder , deixa as necessidades reais das pessoas que ali vivem em segundo plano.

O que nos parece é que ser cidadão aqui, parece ser o mesmo que seguir as leis, os regimentos, a moral vigente, enfim ser um corpo dócil. E no caso do Brasil, estaríamos pegando o exemplo de como ser um cidadão segundo outros países e incorporando esta forma, como valor local. Ou seja, os valores locais que seriam fortalecidos seriam aqueles valores que servem para docilizar o corpo.

Segundo Foucault(1987), a disciplina e a vigilância são mecanismos que mapeiam o corpo e seus movimentos, depois o desarticula e o recompõem em movimentos que não são deles. Isto que está acontecendo, ou sendo criado pelas instituições disciplinares, mapeia-se os corpos e as culturas, depois os desarticulam com as sanções e a meritocracia, depois os recompõem em movimentos que não são deles, que são do cidadão ideal e por fim os sujeitos passam a acreditar, a fazer e defender esses movimentos como se fossem os seus movimentos, sua identidade. Assim, fica claro que o sujeito moderno é segundo Larossa,(2005 p.82) outra ficção, ou outra fábula, ou outra fantasia configuradora de identidade, segundo o qual certos homens do ocidente têm constituído aquilo que são, o que sabem, o que podem, o que esperam.

Para atingir esses objetivos algumas propostas são lançadas no próprio documento. Vale lembrar que o objetivo se resume praticamente, a expansão da universidade para todos os lados, visando criar uma rede disciplinar que atinja a todos. Afinal, as universidades englobam a todos com o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Seguem as propostas tiradas do PDI e que nos permitem fazer relações com a leitura do Foucault, sobre as instituições disciplinares:

- O aprimoramento dos programas de iniciação científica; (PIBIC/CNPq, PIBIC/FAPEMIG; PIIC, PIBIC/ Júnior), através da melhoria dos sistemas de seleção, acompanhamento e avaliação; a coordenação dos mecanismos institucionais de proteção à propriedade intelectual, estimulando o registro de patentes de produtos, processos, registros e marcas etc.; pag 90
- Com relação a esse processo de internacionalização ativa, a UFSJ tem aderido a programas governamentais de incentivo à internacionalização da educação superior em áreas estratégicas, tais como, os programas Ciência Sem Fronteiras e Inglês Sem Fronteiras, além de participar dos editais que fomentam a internacionalização das agências CAPES, CNPq e FAPEMIG (este último caso é restrito às instituições de Minas Gerais).pag 29
- Lançado pelo Governo Federal em 2011, que tem por objetivo conceder bolsas e outros auxílios financeiros a discentes provenientes de cursos de graduação e pós-graduação em áreas estratégicas do governo que priorizam a tecnologia e inovação. Pag 31
- Os discentes são selecionados pela Assessoria Internacional (Assin) a partir de princípios de meritocracia que envolvem o desempenho acadêmico e a participação em programas institucionais de pesquisa, extensão e iniciação tecnológica e à docência.pag31

-Podemos ver que a ampliação do corpo docente ocorreu não só de forma quantitativa, mas também qualitativamente, o que também pode ser verificado por meio do aumento da produção científica vinculada à Instituição pag 49

Esses trechos mostram exemplos claros de classificação, hierarquização, categorização dos sujeitos por suas posições nas filas, e seus comportamentos que é uma técnica de docilizar o corpo, de moldar o sujeito. Além de mostrarem exemplos de como classificar e a partir do que classificar esses sujeitos. Fora isso, os trechos mostram como se dá a relação entre o Governo federal e a UFSJ, ou de maneira mais ampla, o Estado e as instituições disciplinares de ensino superior. Relação esta, que nos parece atingir mais de uma instituição e que mostra como que o Estado vai adentrando, controlando moldando as instituições disciplinares e conseqüentemente os sujeitos que as constroem. Nos parece, que o poder disciplinar serve, hoje, principalmente ao mercado. Conseguimos ver como que os regimentos, os documentos, O PDI criam verdades, ao colocar classificações em fila, verdades estas que estão sendo criadas hoje, que abrange um período e não só um dia, para e pelo lucro, mercado, para e por poucos homens.

Segue alguns trechos do PDI que mostram que a UFSJ, e as verdades dos seus discursos estão a serviço do mercado:

- Desde a sua criação como instituição pública, há 27 anos, a UFSJ vem buscando realizar a sua missão de contribuir para o desenvolvimento regional e nacional, produzindo e transmitindo novos conhecimentos, formando profissionais capazes de atuar de forma crítica e criativa na busca de soluções para os diferentes problemas da sociedade. Pag 9
- Na implantação do Campus Alto Paraopeba, a ação da UFSJ contribui para a formação de profissionais qualificados, visando atender às demandas de desenvolvimento do polo industrial minerador e siderúrgico no qual está inserido pag 76
- Disseminar junto aos pesquisadores a prática do desenvolvimento de pesquisas a partir da identificação das deficiências do estado da técnica e do interesse de mercado e da cultura da proteção à propriedade intelectual;pag66
- Apoiar os egressos em questões de mercado de trabalho e empregabilidade;pag 141

E por fim, o Plano de Desenvolvimento institucional nos mostra que a UFSJ tem como princípios:

- Orientação ética, gestão democrática e transparente nas ações institucionais;pag 37
- Liberdade e excelência de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como difusão e socialização crítica do saber, sem discriminação de natureza;pag 37
- Compromisso com a solidariedade entre os povos, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente.pag 38
- Sendo a extensão um elemento crucial para a formação discente e para o desenvolvimento e cidadania.pag 55

Os princípios nos mostram que a UFSJ defende como verdade, tem como princípio compromisso como a defesa dos direitos humanos, ou seja, defende em primeiro lugar as leis, os regulamentos, de forma que declaradamente defende as verdades criadas pelos regulamentos que irão manter a estrutura social. Além disso, a UFSJ e o estado, defendem a formação de sujeitos cidadãos. Segundo a Corazza (2004 p.84 e 85), cidadão é o nome dos corpos dóceis, é o sujeito objetivado como “social”, produzido pelas normas de um social, sem nenhuma exterioridade e governado pelo nexos entre segurança, paz, prosperidade, afiançadas pelo Estado de Bem-Estar social. Ou seja, baseados em técnicas e em um suporte institucional, os sujeitos são moldados para exercer a cidadania. De forma que todos e todas são vistos como “almas morais”, que devem ser guiadas pelos estreitos e fascinante caminho da cidadania, da virtude e do bem: salvas do preconceito, da discriminação, da injustiça, da falta de respeito e da ausência de solidariedade. (ibid,p.90) Em suma, os sujeitos devem constituir-se do mesmo modo que todos os sujeitos do governo neoliberal: objetos de governo, alvos das práticas subjetivadoras do estado e agentes ativos de seu próprio governo para que fique garantido o bem de todos. (NETO, 2004,p.143)

Temos que lembrar, com as palavra de Corazza, (2004,p.95 e 96)

que nem a racionalidade de governo de Estado neoliberal nem a política da subjetividade de seus regimentos e documentos “submetem” totalmente os docentes, os outros funcionários e a nós. Elas não produzem, apenas técnicas de dominação. Elas não nos forçam, simplesmente, a fazer o que os governantes querem. O que o seu conjunto de praticas individualizantes e totalizantes faz é fortalecer nossa subjetividade moderna de cidadãs e cidadãos, prendendo-nos nela.

Larossa (2005,p.58), usando Nietzsche vai dizer isso da seguinte forma,

“o homem que não quer pertencer a massa só necessita deixar de comportar-se comodamente consigo mesmo e obedecer a sua consciência que lhe grita: “ sê tu mesmo. Tudo o que agora fazes, opinas e desejas, nada tem a ver contigo.

E Neto (2004,p.146) diz, assim

que não se tratar de liberar o indivíduo do estado e das instituições estatais, mas sim em nos liberarmos, a nos próprios, do estado e do tipo de individualização vinculada a ele. Devemos fomentar novas formas de subjetividade mediante a recusa do tipo de individualidade que se impuseram a nós durante vários séculos.

#### **1.4.4 - O Projeto Pedagógico do Curso de Geografia**

Por fim passamos aos Projetos Pedagógicos do Curso de Geografia, licenciatura e bacharelado que como falamos anteriormente, no tópico 1.4.2, são aprovados no colegiado de curso

e são criados por alguns professores do curso de Geografia com a aprovação de alguns discentes. Este detalhe nos permite finalmente chegar no território que me encontro.

Porém, não podemos esquecer que, mesmo sendo escrito pelos professores, assim como os dois documentos anteriores, são documentos da instituição e por isso continuam sendo o discurso de uma instituição disciplinar e conseqüentemente do estado. Os Projetos Pedagógicos que segundo o próprio Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado de Geografia (PPCBG), é preconizado pela Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tem como objetivo explicitar a estruturação, as condições de oferta de cursos e as formas de organização do processo ensino-aprendizagem. P.4. Sendo assim, através desses documentos conseguimos entender para que serve e como se organizam o processo de ensino-aprendizagem de um curso de Geografia para o Estado.

Uma curiosidade que surgiu é que o curso de Geografia da UFSJ, já faz parte da ampliação pretendida e almejada pela UFJS, explicitada no tópico anterior. Pois, foi criado pelo programa REUNI, que a partir de 2009, fez com que a UFSJ passasse a oferecer mais 13 novos cursos de graduação presencial, entre eles o Curso de Geografia. Pag 3 PPCBG.

Dito isso, começamos o estudo dos Projetos Pedagógicos explicitando para que serve um curso de Geografia, ou melhor o curso de Geografia da UFSJ. Segue algumas citações tiradas dos dois Projetos Pedagógicos do curso:

- O curso de Licenciatura em Geografia foi projetado para cumprir um importante papel, pois busca atender uma demanda histórica por profissionais habilitados em Geografia, em toda a região do Campo das Vertentes, em parte do Sul de Minas Gerais e Zona da Mata Mineira. PPCBG pag 3

- O Projeto em questão, portanto, deverá:

- criar as condições necessárias para a formação de uma base teórica e técnica e de uma cultura pró-ativa, capaz de fortalecer a capacidade de atuação de profissionais qualificados no meio social; pag 9 PPCBG

- estimular a incorporação e o desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias e de novas linguagens na Geografia, que devem ser utilizadas como recursos para a prática profissional; pag 10 PPB

**-O curso de bacharelado em Geografia da UFSJ, proposto nesse PPC, tem como objetivo a formação de pesquisadores qualificados para exercício da profissão de Geógrafo. pag 16 PPCBG**

**(estava em negrito no documento)**

-O curso de Geografia da UFSJ terá como prioridade a excelência profissional dos futuros egressos. Pag 79 PPCBG

- Objetivo a formação de um profissional apto ao exercício do trabalho de Professor de Geografia, pag 11 Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia (PPCLG)

-O curso de Geografia da UFSJ objetiva formar profissionais qualificados primordialmente para o exercício da docência. pag 19 PPCLG

-o curso desempenhará papel importante no processo de planejamento e gestão do espaço regional pag 12PPBG

Com isso exposto, fica claro que o curso de Geografia da UFSJ tem como função primeira e essencial a formação de profissionais, atender a demanda do mercado de trabalho. Ou seja, a principal função do curso é formar mão de obra qualificada. Como expusemos, anteriormente, a criação de cursos superiores está e sempre esteve vinculada a qualificação de mão de obra, desde a época da colônia até os dias de hoje. Sandra Corazza, vai nos dizer que para padronizar comportamentos é necessário fazer cada indivíduo ser a medida do outro, registrando todos os desvios e resistências. Para isso o governo do “social” deveria tornar-se operável não só em seu aparelho político de Estado, mas também “à distância” com as instituições disciplinares. Esta fórmula sancionou um tipo de “autoridade”, calcada na reivindicação de conhecimento, neutralidade e eficácia social. Criou um expertise, investida pelos saberes científicos e humanos, e organizada ao redor das atividades de vários indivíduos instruídos, cuja autoridade moral e técnica permanecia ligada ao governo formal. Pag 84 sandra Podemos dizer, que esta expertise é criada pelos cursos superiores para o Estado.

Os projetos Pedagógicos também nos mostram como se pretende que os alunos formados sejam, atuem profissionalmente. Segue mais algumas citações:

-O aluno formado pelo curso de Geografia deverá ser um cidadão crítico, em sentido amplo, o que inclui a capacidade de atuação na busca de alternativas para o desenvolvimento regional.pag 12 e 13 PPCBG

- Pretende-se que o geógrafo formado apresente uma base teórico-metodológica e instrumental que o capacite a desempenhar as atividades próprias de sua profissão, reconhecidas pela Lei n. 6.664 de 26 de junho de 19791 e regulamentada pelo Decreto 85.138 de 15 de setembro de 1980. pag13 e 14 PPCBG

- Capacitado para o exercício técnico e sua atuação como cidadão politicamente ativo pag 16 PPCBG

- O curso de bacharelado em Geografia da UFSJ, no que concerne ao perfil do futuro egresso, tem como objetivo a formação de um profissional apto ao exercício do trabalho bacharel em Geografia, na amplitude das suas dimensões, o que supõe o domínio do conhecimento geográfico, das práticas essenciais à sua produção e difusão e dos princípios éticos que regem essa profissão.pag 16 e 17 PPCBG

- O curso também procura investir na formação de profissionais com um espírito moral e ético indispensável não apenas ao exercício da profissão, mas ao pleno exercício de cidadania. Pag 17 PPCBG

-Como o objetivo principal é formar professores de Geografia para atender à demanda da escola básica, esperamos que os futuros professores de Geografia formados pela UFSJ possam atuar de forma significativa no debate ambiental que perpassa todas as disciplinas. Pag 7 PPCLG

-A UFSJ, guiada por interesses sociais amplos e comprometida com o desenvolvimento de sua região de abrangência, tem a missão de produzir e difundir conhecimentos, articulando ensino,

pesquisa e extensão, proporcionando uma formação profissional orientada por preceitos e valores técnico-científicos, éticos e humanísticos. Pag 9 e 10 PPCLG

-Parte significativa do nosso esforço deverá se concentrar na preparação e formação dos futuros profissionais para atuarem na escola básica e em atividades ligadas ao planejamento e construção do espaço, tendo em vista sua responsabilidade como cidadão que vive a vida da cidade.pag 19 PPCLG

Como vimos, todos os documentos e órgãos da instituição se encontram distribuídos em uma ordem hierárquica que seguem as mesmas verdades e princípios, obrigatoriamente. Isso fica claro ao observarmos o regimento e vermos que todos que chefiam algo ou alguém, na instituição, tem como uma de suas funções manter as diretrizes da universidade, pegamos como exemplo uma função do chefe de departamento do regimento geral. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto da Universidade, deste Regimento Geral e do regimento interno dos Departamentos, bem como as deliberações dos Órgãos Colegiados Superiores, da Congregação, da Administração Superior e da Assembléia Departamental;p.16. Instituição esta, que como vimos seguem as diretrizes do estado, no caso da educação seguem a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sendo assim, o curso de Geografia, também defende a formação de cidadãos que como vimos, nada mais é que o título dado ao sujeito, fabricado pela disciplina e vigilância, moderno, obediente e dócil. Cidadão, este que ao se formar como professor deve difundir e auxiliar na formação de novos corpos dóceis que seguirão as leis e defenderão a moral imposta pelo e para o estado, através das técnicas aprendidas durante o curso e sob as quais foram submetidos.

Além disso, os documentos nos mostram como que a instituição mede o compromisso dos professores com o ensino de Geografia. Segue as citações:

- O compromisso do professor com o ensino da Geografia revela-se, em boa medida, através da história de sua formação e atuação acadêmica. Nesse sentido, consideramos fundamental que o professor de um curso de licenciatura tenha — ao longo de sua formação — manifestado interesse pelos temas concernentes ao ensino da Geografia em diferentes níveis. Tal interesse se manifesta através de sua produção científica o que inclui,principalmente, os temas desenvolvidos ao longo do mestrado e doutorado. Pag 78 e 79 PPCBG

- Acreditamos que o compromisso do professor com o ensino da Geografia revela-se através de seu currículo. Tal interesse se manifesta através de sua produção científica o que inclui, principalmente, os temas desenvolvidos ao longo do mestrado e/ou doutorado.pag 10PPL

Com essas citações, fica claro, que o bom profissional de ensino em Geografia é aquele que tem uma maior produção científica. Produção que está vinculada ao temas de mestrado e doutorado e não, temas que apareceram em suas aulas e experiências. Podemos também vincular esta questão com o objetivo da instituição, que pretende ampliar o número de mestrados e doutorados. Assim, as aulas terão como prioridade os assuntos dos mestrados e doutorados de forma a já irem preparando



seus alunos para estas especializações. Assim, estimula-se a entrada de de novos estudantes nos doutorados e mestrados e atende-se a demanda do mercado e da instituição, ampliando e aumentando o alcance da rede disciplinar.

Por fim, os projetos pedagógicos também nos mostram como o curso de geografia se posiciona em relação a avaliação. Segue mais algumas citações:

-O PPC de Geografia concorda com o Parecer CNE/CP 9/2001 (p. 33 - 40 – 41) quando diz que: “A avaliação é parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados considerando as competências a serem constituídas e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias. Pag 82 e 83 PPCBG

-A avaliação destina-se à análise da aprendizagem dos futuros professores, de modo a favorecer seu percurso e regular as ações de sua formação e tem, também, a finalidade de certificar sua formação profissional. Não se presta a punir os que não alcançam o que se pretende, mas a ajudar cada aluno a identificar melhor as suas necessidades de formação e empreender o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento no próprio desenvolvimento profissional. (...) É importante colocar o foco da avaliação na capacidade de acionar conhecimentos e de buscar outros, necessários à atuação profissional. Pag 83PPCBG

-Avaliar as competências dos futuros professores é verificar não apenas se adquiriram os conhecimentos necessários mas também se, quanto e como fazem uso deles para resolver situações-problema – reais ou simuladas – relacionadas, de alguma forma, com o exercício da profissão.pag83PPCBG

- A avaliação deve ser realizada mediante critérios explícitos e compartilhados com os professores de cada unidade curricular, uma vez que o que é objeto de avaliação representa uma referência importante para quem é avaliado, tanto para a orientação dos estudos como para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação em cada momento do curso.pag 84PPCBG

- Assim, é necessário, também, prever instrumentos de auto-avaliação, que favoreçam o estabelecimento de metas e exercício da autonomia em relação à própria formação. Pag 84PPCBG

Com estas citações, a UFSJ e conseqüentemente a Geografia, deixam claro que defendem as práticas avaliativas, os exames e as autoavaliações. Mas isso não é de se estranhar, pois a UFSJ é uma instituição moderna de ensino e portanto, faz parte, segundo Foucault, (1987, p.161)

do momento histórico em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar de status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram posta em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo.

Nova tecnologia e anatomia política do corpo, estas que vem sendo explicadas ao longo do trabalho e que tem no centro dos processos de constituição do indivíduo o exame, as avaliações.

Exames e avaliações, estas que combinam as técnicas da hierarquia, as técnicas dos professores que estão em uma hierarquia, que vigia e as da sanção que normatiza. Neles,segundo

Foucault (1987,pag 155 e 156) se reúne a cerimônia do poder, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. Este processo tão familiar, que são as provas, põem em funcionamento, dentro de um só mecanismo, relações de poder que permitem obter e constituir saber. Ou seja, o exame além de sancionar um aprendizado é um de seus fatores permanentes que ao mesmo tempo que transmite seu saber, levanta um campo de conhecimento sobre seus alunos. O fato de poder ser visto, conhecido sempre, sem cessar é que mantém sujeito o indivíduo disciplinar.

Além disso, segundo Foucault (1987 p.158) as avaliações são acompanhadas imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária que permitem a formação e constante manutenção de uma série de códigos da individualidade disciplinar que permitem transcrever os traços individuais. Possibilitando uma “formalização” do individual dentro de relações de poder. Desta forma, os exames, para Foucault (1987,p.158) permitem que

os indivíduos passem a serem vistos como objeto descritível, analisável, não contudo para reduzi-los a traços “específicos”, mas para mantê-los em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente. Além de possibilitarem a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa “população”

Dessa forma, o exame cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um caso. O caso é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; E é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc. Os exames, em conjunto com os registros de cada indivíduo passam a ser documentos para uma utilização eventual e não mais monumento para uma memória futura. Esta transcrição por escrito das existências reais funciona como processo de objetivação e de sujeição, e não mais como um processo de heroificação.(FOUCAUL, 1987,p.159)

Além de defenderem as avaliações, a instituição e a Geografia também defendem as autoavaliações. O que também não é de se estranhar, já que estamos em um momento em sofremos penalizações não só pelas leis e regulamentos, mas cada vez mais, penalizações pela norma, criada pela moral. Corazza ( 2001 p.50) nos diz isso de outra forma, tendo em vista as escolas,

Pouco a pouco tal jurisprudência vai dar lugar ao “chapéu de burro, ao ficar “sem recreio”, “à assinatura nos livros de ocorrência, à ironia e á humilhação públicas. As correções passam a ser enfaticamente morais, porque moral é a tônica da nova escola, e morais serão então suas penalidades.

Esta nova escola, ou este novo discurso estatal sobre as escolas e todas as instituições disciplinares de ensino, irão defender e ter como técnica as autoavaliações. Pois, estas exercem um novo poder de julgar, por colocar as alunas e alunos em processo permanente de produção, de normalização e patologização, até que elas e eles mesmos interiorizem como se portar como profissional e cidadão, e possam, por mérito próprio, se tornar um civilizado indivíduo ocidental auto-normalizado.(CORAZZA,2001,p.55) A suavidade do olhar aos estudantes, dita humanizante, é uma técnica de poder presente no discurso educacional, incluindo o da UFSJ.

Bom, com estas colocações, e estudos fica claro que a UFSJ é uma instituição moderna disciplinar de ensino e como tal promove e auxilia na fabricação de corpos dóceis que defenderão a cidadania e as leis e assim, manterão a sociedade injusta e desigual, que manterão as atrocidades humanas, que auxiliarão na destruição do planeta Terra e de toda sua vida, que manterão as principais doenças que atingem a nossa sociedade como a depressão e o câncer. Pois, estes sujeitos manterão este sistema econômico e todas as atrocidades que ele trás por causa dessa busca pelo lucro e pelo poder e da inércia, por ela, estimulada. Infelizmente, com o estudo dos Projetos Pedagógicos, fica claro que a Geografia da UFSJ e sua educação, estão totalmente vinculada e a serviço da instituição e do Estado e conseqüentemente do poder disciplinar.

Com isso exposto e como uma aluna que não se sente bem com isso, que não se sente bem em saber que foi formada para seguir as leis e ser obediente, que não se sente bem em saber que passou mais quatro anos sendo moldada. Esta aluna, que conviveu e se encontrou, durante 4 anos, com os professores e seus discurso, se pergunta: O que será que os docentes que constroem o curso de geografia da UFSJ pensam sobre o que foi exposto nesse trabalho? Será que eles tem clareza de que enquanto suas aulas, trabalhos e projetos estiverem dentro da ordem, buscarem a disciplina, enquanto seguirem disciplinadamente os regulamentos da UFSJ, eles estão aprisionando mais seus alunos que os libertando?

Mas antes de nos lançarmos em busca da liberdade, precisamos pensar sobre as imagens que já surgiram a partir da resposta para a pergunta o que é liberdade. Vamos, primeiro esclarecer de que liberdade estamos falando.

## **1.5 – Imagens do Pensamento Moderno**

**"Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda." - Cecília Meireles**

### **1.5.1 Imagens de Liberdade do Pensamento Moderno**

Como dizemos anteriormente, as nossas imagens de liberdade foram e são construídas a partir das mudanças de paradigmas que se realizam no decorrer do tempo. As mudanças nas técnicas e na forma de organização da produção, que desencadearam e levaram a sociedade mudar do feudalismo para o capitalismo, geraram alterações no espaço, na sociedade e na humanidade, que conseqüentemente criaram e alteraram as imagens de pensamento, de educação e de liberdade. Foi nessa transição que a imagem do homem moderno que habita a sociedade moderna e urbana, foi criada.

O iluminismo que iniciou construção do projeto de modernidade, rompeu com o absolutismo, o controle religioso e dogmático e teve sua primeira imagem de liberdade proferida por Kant, um dos filósofos entusiasmado com a ideia de liberdade, que disse que a libertação do homem pela razão lhe daria oportunidade de desfazer-se do despotismo, através do caminho seguro da ciência positiva, deixar para trás os dogmatismos, atingir a sua maioridade, o que para Kant significa que, o homem através da razão pode ter as rédeas do seu destino.

No texto de Kant ressoam, junto à palavra Emancipação, outras palavras maiúsculas como Homem, Razão ou História que, juntas, articuladas de diferentes maneiras, dão lugar a um relato, ou a um meta relato, a um relato transcendental se se quer, cujas variantes poderíamos encontrar em Hegel, em Marx, em Hursel, em Sartre, ou na Teoria Frankfurtiana. (LARROSA, 2005 p. 86)

Relato este, que no caso de Kant reconhece a maioridade, no uso da razão: um sujeito é livre quando se guia por princípios racionais.(LARROSA, 2005 p. 87)

Com o decorrer da história e os fatos históricos perversos da modernidade, ficou claro que o projeto de modernidade conseguiu através de um método e uma técnica transformar a relação homem-natureza em homem-servidão, e natureza-matéria prima separando a humanidade do seu espaço, de sua essência, de sua ancestralidade, dividindo a si mesma. Com essas mudanças de relação que se comprovaram nos cotidianos, com as guerras civis e estatais, as crises de governo, as bombas atômicas que levaram a crise da ciência, se coloca em questão a intenção de fazer dos homens “senhores” pelo seu saber. Isso faz com que a questão sobre o que é liberdade, e como ela será conquistada volte, já que a razão parece não está funcionando.

Hurssel, um europeu que em maio de 1935, em uma conferência proferida no Círculo Cultural de Viena caracterizou a Europa como uma figura “espiritual” unitária que incluía uns e excluía outros, no seguinte trecho:

Os “dominions” ingleses, os Estados Unidos etc, pertencem claramente, em um sentido espiritual, à Europa; mas não os esquimós ou os índios das tendas de campanha das feiras anuais, nem os ciganos, que vagabundeiam continuamente pela Europa. (LARROSA, 2005 p. 90).

O problema reside na dificuldade de encontrar uma ideia de liberdade que dê à existência humana um sentido. Este sentido não está na história, nem na humanidade e, não está também na sua suposta capacidade de emancipar-se pela razão. A promessa do Iluminismo de conduzir o homem à sua humanidade, à liberdade, ao sentido por meio da fé na razão, na história que não se realizou. Hurssel fez apenas um “relato da crise” que, trouxe a necessidade de renovação do projeto da Modernidade que a imaginação ocidental inventou para si própria, com a busca da liberdade das crenças, da fé na religião e suas doutrinas.

Em contraponto ao Hurssel, a Escola de Frankfurt, defende que o problema não se trata apenas de uma renovação do Projeto Iluminista, o que deve ser questionado é uma aliança entre a razão e a liberdade:

[...] abandona-se qualquer esperança no caráter emancipador da razão, estende-se esta suspeita global sobre as possibilidades emancipatórias das ciências positivas, vai-se pouco a pouco até uma teoria da história como relato das esperanças humanas não cumpridas, isso é, como catástrofe, e começa a tomar forma a ideia de que não há possibilidade histórica de saída da barbárie, pelo menos dentro da nossa história, dessa história concebida como a realização da aliança entre a Razão e a Liberdade, e que só se pode apontar para uma saída da história. (ibid. 2005, p. 90)

Para os frankfurianos existem dois sentidos diferentes no Projeto Iluminista: um escravizador, fortemente negativo (Teoria Tradicional TT) e o outro estaria na perspectiva libertadora de revalorização dos aspectos positivos através de uma Teoria Crítica (TC).

A Teoria Tradicional tem como precursor o Discurso do Método cartesiano, como o sistema ideal, a estrutura científica e o método. Com a sua rede lógica cristalizadora, a TT só pode conhecer o que já conhecia antes da operação entre o esquema e o objeto e portanto tem a ideologia como escravizadora. Desde maneira a teoria tradicional é apenas repetição que leva ao conformismo, a dominação dos homens sobre os homens, contribuindo assim com a imagem de libertação que é apenas uma armadilha, um engano para que o domínio social ocorra.

A Teoria Crítica, que este trabalho segue tem como fundamento e base a crítica da economia política de Marx que também trouxe a inserção do movimento nas teorias e imagens do pensamento. O Iluminismo, nesse sentido marxista é libertador, o estado de necessidade é superado por um estado racional, em que os homens se tornariam livres e conscientes. No entanto, o indivíduo autônomo elaborado pelo Iluminismo sempre foi um conceito abstrato, portanto manipulável. Segundo os pensadores da TC, toda submissão do dado externo a um juízo é um ato de dominação, violência e alienação. Assim, o homem moderno e sua teoria que separa o sujeito do objeto, que aliena o saber técnico e que enquadra toda multiplicidade em seus esquemas lógicos não se deixa pensar o novo, muito menos ter consciência e atuar na mudança do processo econômico-político da história.

Sendo assim, a modernidade que se inicia trazendo uma nova imagem de liberdade, que acaba aprisionando ainda mais o homem. Porém, a modernidade possibilitou que a crítica adentrasse nas ciências. Fazendo com que, a partir desse momento os cientistas fossem obrigados a se posicionar, por isso teremos discursos científicos que buscam imagens para a libertação da liberdade e aqueles que utilizaram da ciência para manter a humanidade aprisionada em uma imagem de liberdade, construída nos primórdios da modernidade, que não só se mostrou falsa como auxilia na manutenção da prisão.

Segundo Larrosa (2005 p. 110) é preciso que os indivíduos libertem suas imagens de liberdade, ou seja, para o sujeito da modernidade que se constituiu a partir da liberdade moderna, pensar em liberdade significa romper com uma “uma certa subjetividade, uma certa maneira de nomear o sentido (discurso) ou não sentido daquilo que nos passa (a experiência), uma certa forma de vida, uma certa ética e uma estética da existência”.

### **1.5.2- Liberdade Libertada –Novas Imagens de liberdade**

Fomentando a revolução...  
Nação Zumbi

Para libertarmos nossas imagens de liberdade, precisamos criar e descobrir novas imagens de liberdade, que nos auxiliem, hoje, a libertar o espaço e nossos corpos dessa forma de viver que se infiltra em nós e em tudo ao nosso redor. Assim, a luta contra o presente é também e sobretudo, uma luta contra o sujeito. Sujeito, este que na busca do “chegar a ser o que se é” há que se combater o que já se é.(LARROSA,2005, P.61) Ou dito em outras palavras, para criarmos novas imagens de

liberdade é preciso combater as nossas imagens atuais, a nós mesmos. Este combate, este “chegar a ser o que se é, segundo Larrosa (2005,p.66)

não está agora do lado da lógica identitária do autodescobrimento, do autoconhecimento ou da auto-realização, mas do lado da lógica desidentificadora da invenção. Uma invenção que passa pela experiência, que é o que nos passa e o modo como nos colocamos em jogo, nós mesmos, no que se passa conosco.

Para chegar a ser o que se é, consideramos assim como Larrosa que o sujeito já não se concebe como uma substância dada, mas como forma a compor, como uma permanente transformação de si, como o que está sempre por vir. (Ibid, 2005, P.66)

Enfim, para criarmos essas novas imagens é preciso antes nos libertarmos das imagens já construídas. Larrosa (ibid, 2005, p.126), aposta que para começar a se libertar da imagem da liberdade moderna impregnada em nós é preciso

[...] inventar formas de existência fora da construção moderna da figura Homem, construir formas de relação com a natureza, com os demais e com nós mesmos fora da construção moderna de Razão, configurar formas de habitar o tempo, a memória e o futuro fora da construção moderna da figura de História e, naturalmente, experimentar formas de expressar nossa vontade de viver, de falar e de pensar fora da construção moderna da figura de liberdade.

Heidegger, segundo Larrosa(2005, p.106) vai nos dizer que para chegar a alguma imagem de liberdade

é preciso se colocar no lugar de um salto, para perceber a região da liberdade. Já não se trata da liberdade como propriedade de um sujeito, ou como poder de um sujeito, ou como qualidade de um sujeito, ou como estatuto de um sujeito, ou como vontade livre ou livre arbítrio de um sujeito; senão que a liberdade é agora algo cuja essência reside, ou guarda, ou permanece, ou se mantém, em reserva, em uma região, ou em um espaço que só se pode vislumbrar desde o lugar de um salto.

Lugar, este que só pode ser vislumbrado, com o movimento, com a busca, que não tem formas predeterminadas, deste lugar do qual se dará o salto.

Sabendo que somos seres modernos, que tivemos nossas mentes treinadas para agirmos conforme o sujeito moderno trago um trecho de Nietzsche que Larrosa usou para mostrar essa nova imagem de liberdade que Heidegger trouxe.

sob este movimento do espírito (camelo, leão, criança), se resume um complexo itinerário de luta pela autonomia e pela emancipação. Metáfora de consciência secularizada (livre de predeterminações), este relato prefigura um momento utópico de salto emancipatório, cujo

sucesso depende de um trabalho prévio, de crítica profunda àquilo que a história colocou em nossos ombros como carga moral. (LARROSA, 2005 p. 112)

Para utilizarmos dessas imagens é preciso saber que o Leão se refere a imagem da crítica, a criança a imagem da utopia, da liberdade e o camelo a imagem dos corpos dóceis. Crítica, esta que nós acreditamos, que segundo Larrosa (2005, p.117)

não muda os valores, mas sim os despedaça; e não muda tampouco o lugar do qual derivam os valores, mas suprime todo lugar. Por isso, seu território é esse lugar que é um não lugar. O leão tem a ver com a crítica do que somos, do que nos constitui, do que nos aparece como necessário, do que fixamos em identidade. E com a crítica do que queremos ser, de tudo aquilo que ainda está na lógica do projeto, do ideal, da autoconservação, do sentido. E tudo isso para abrir o devir, o porvir, a possibilidade de um salto que não está regrado pelo futuro ideal, nem pelo futuro projeto, nem pelo futuro guia, nem pelo futuro promessa, nem pelo futuro consumação, nem pelo futuro realização.

O leão não somente nega o amo, senão que, para negá-lo completamente, se nega também a si mesmo. (ibid,2005,P.115). Para que a criança, a liberdade, nasça, o leão deve perecer, e para isso deve estar disposto a perecer. Poderíamos dizer que o leão representa uma forma da negação que não está normatizada pela auto conservação.(ibid,2005,P.115)

A criança, ainda segundo Larrosa (2005,p.117,116 e 105)

não supera o leão se pensamos a superação no modo dialético, como uma figura na qual algo se conserva superando-se, na qual algo se transforma apropriando-se ou reapropriando-se de outra maneira, mas que aparece no instante de sua morte. A liberdade é a experiência da novidade, da transgressão, do ir além do que somos, da invenção de novas possibilidades de vida. A liberdade seria então algo com o qual podemos entrar em relação, mas não algo que poderemos ter ou possuir, não algo do qual pudéssemos nos apropriar.

Mas no mundo em que vivemos temos a sensação de que a vontade de romper com a tradição, além de já ter se tornado tradicional, está mais ligada à tradição do que se aparece em um primeiro momento. Também, temos a impressão, de que a defesa da infância como atitude estética e vital não deixa de ser suspeito em um período em que funcionam a todo vapor os aparatos da infantilização maciça dos indivíduos e de produção sistemática do esquecimento. (LAROSSA,2005, P.121)

Não podemos nos esquecer de que com a criação deste mundo moderno, também surgiu da ruptura e da mudança e por isso, também trouxe uma imagem de liberdade. Liberdade esta, vinculada a razão e que criou segundo Larossa (2005,p114),

um mundo adulto infantilizado, um mundo adulto ao qual se lhe impede crescer. Mas não porque seja um falso adulto, mas porque sua própria maioridade realizada é de natureza infantil. E se resulta infantil não é porque não tenha alcançado a idade adulta, mas porque



seu vir a ser adulto foi realizado a partir do ponto de vista da debilidade e da submissão, a partir do ponto de vista da infantilização e do infantilismo.

Para Nietzsche e para nós, segundo Larrosa (2005,p.122 e 123)

a criança, a liberdade, a criação é origem, começo absoluto. E a origem está fora do tempo e da história. A origem tem a ver com o novo enquanto intemporal, enquanto êxtase do tempo, enquanto instante ou eternidade, ou caso se queira, enquanto instante eterno ou eternidade instantânea. A criança não tem nada a ver com o progresso. Tampouco nada tem a ver com a repetição. A criança suprime o histórico pela aliança do presente com o eterno.

A única relação adequada com a liberdade, no homem, segundo Larrosa(Ibid,p.103), só pode se dar no libertar-se a si mesmo da liberdade (que há) no homem. Ou dito de outra forma para criarmos outras formas de existência é preciso desconstruir as formas que estão em nós. Heidegger, inicia o processo da construção de novas imagens trazendo a liberdade como um atributo, uma qualidade humana, a razão talvez, pela qual podemos ser causa de nós mesmos. Esta liberdade que há na humanidade pode ser compreendida teoricamente, mas a libertação da liberdade que há em nós não pode ser compreendida teoricamente porque se pensarmos a liberdade no âmbito da teoria, ela se torna abstrata, não podendo ser realizada. A liberdade se dá na experiência, no experimentar a falta de razão como fundamento. Assim, a figura daquilo no qual o que somos e o que seremos está, novamente e cada vez mais posta em jogo.(Ibid,p.125)

Estamos começando a pensar algo assim como como uma relação com o tempo que não passa agora pelas ideias totalitárias ou totalizantes da Razão ou da Verdade, uma relação com nós mesmos e com os outros que não passa agora pelas ideias totalitárias e totalizantes do Homem ou do Sujeito, e uma relação com nossa própria existência, e com o caráter contingente e finito de nossa própria existência, que não passa agora pela ideia totalitária e totalizante de liberdade. Invenção de novas possibilidades de vida? Criação? Autocriação? Talvez. (Ibid,p.126)

### **1.5.3 - E a Geografia, onde se encaixa nisso? - A Geografia e a Educação Menor**

Durante todo o período clássico da geografia e seus representantes procuraram, enquadrá-la nos princípios positivistas, construir um método que pudesse conferir à geografia o controle do seu objeto e, da sua verdade que era a verdade do Estado para disciplinar o espaço, cartografando - o segundo os interesses dos donos da verdade. A história da geografia é a história da organização do espaço capitalista, da sua redução à classificação de áreas, até o surgimento da Geografia Crítica.

Esta, iniciada por Milton Santos, e embasada na teoria crítica Frankfurtiana considera que só haverá progresso se superarmos o passado e a estrutura econômica para isso é necessário que tenhamos uma ciência que não esteja desvinculada da práxis. Isso quer dizer que só haverá

progresso se a história não se repetir, dito de outra forma, a repetição dos acontecimentos, sem mudanças estruturais, não é história, apenas ideologia. A TC e a geografia crítica se utilizam de juízos existenciais, não separam o sujeito do objeto, consideram as contradições inerentes à cultura e natureza, Estado e indivíduo:

[...] a forma básica de economia de mercadorias historicamente dada e sobre a qual repousa a história mais recente, encerra em si as oposições internas e externas dessa época, e se renova continuamente de uma forma mais aguda e, depois de um período de crescimento, de desenvolvimento das forças humanas, de emancipação do indivíduo, depois de uma enorme expansão do poder humano sobre a natureza, acaba emperrando a continuidade do desenvolvimento e leva a humanidade a uma nova bárbarie. (TT e TC, p. 144)

A proposta da Geografia e da educação menor, assim como dos poetas, é escapar do Homem universal do Iluminismo, é buscar a recuperação da inocência, da liberdade primitiva, à margem das contaminações. (Larrosa, 2004, p.240). A educação e a geografia precisam encontrar o devir criança – nem objeto, nem sujeito da educação nem do espaço, mas uma figura de alteridade, que tem como característica ocupar espaço em intensidade, ocupar o espaço como espaço do corpo, como lugar de experiência de encontros e de criação. E para encontrar o devir criança, ou novas imagens de liberdade é preciso educadores que militem na miséria do mundo, conforme Gallo, é preciso professores menores que não abrem mão da crítica, mas não se contenta apenas com ela. O professor militante, assim como a geografia e a educação menor servem para fazer e possibilitar situações carregadas de possíveis e é por isso que a educação e a geografia menor não se realizam sem o compromisso libertário.

Sendo assim, a Geografia Crítica, que rompe com a história da geografia, em conjunto com a Geografia menor que vem da ideia de uma Educação menor já vem criando, ou tentando criar, novas imagens de liberdade e de educação, por isso que este trabalho busca contribuir com estas linhas teóricas, porque busca trazer novas imagens e assim novas ações.

## **Parte 2 – Em Busca de Novas Imagens**

Como foi dito no início esta parte ainda está em construção. Sendo assim, trago indagações que surgiram ao longo do trabalho, que eu gostaria de ler sobre e que acredito que podem auxiliar na construção das novas imagens.

### **2.1 – O Corpo e Geografia**

Milton Santos (2002), vai dizer que o tempo e o espaço são a mesma coisa, que a indagação que deveria ser investigada é como o tempo se torna espaço? Ou acho que seria o contrário como o espaço se torna tempo?

Outras indagações que surgiram com a leitura do Milton Santos(2002) é, pelo que compreendi, o espaço e o corpo são duas escalas diferentes da mesma coisa. Existência, talvez?

Sendo assim, como o espaço tem memória, as rugosidades, o corpo também tem. A questão que surge é como o corpo armazena essas memórias? Que memórias são essas?

Se o corpo é espaço em escalas diferentes, posso atingir as memórias do espaço através do corpo? E as memórias de um corpo através do espaço?

## 2.2 - Os Encontros

O primeiro encontro, em busca de novas imagens de liberdade, se dará com a apresentação deste trabalho porque acredito assim como Foucault (1971, p 26) o novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta.

## Bibliografia

CORAZZA, Sandra. O que Quer um Currículo?: pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis. Ed Vozes,2001

Estatuto em vigor da UFSJ, 2011. Disponível em <[https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/soces/Estatuto\\_2011\\_AlteraVersao2005\\_AlteradapelaRes044\\_2012\(1\).pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/soces/Estatuto_2011_AlteraVersao2005_AlteradapelaRes044_2012(1).pdf)> Acessado em novembro de 2017.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Tradução de Laura Sampaio.14ª ed. São paulo:Edições Loyola, 1971.

GALLO, S. Deleuze & a educação. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2003.

LARROSA,Jorge.Pedagogia profana:danças,piruetas e mascaradas.Tradução Alfredo Veiga-Neto. Porto Alegre:Contrabando,1998 .

LARROSA, Jorge. Nietzsche & a Educação. Tradução Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

NETO, Alfredo. Foucault & a Educação. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 1. 3a edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988

OLIVEIRA, Wenceslao. Grafar o espaço, educar os olhos. Rumo a geografias menores. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 17-28, set./dez. 2009

Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado de Geografia, em vigor, 2011. Disponível em <[https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cogeo/Projeto\\_Pedagogico\\_do\\_Curso\\_de\\_Geografia\\_-\\_Bacharelado\\_-\\_2012.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cogeo/Projeto_Pedagogico_do_Curso_de_Geografia_-_Bacharelado_-_2012.pdf)>. Acessado em novembro de 2017.

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura de Geografia, em vigor, 2011. Disponível em <[https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cogeo/Projeto\\_Pedagogico\\_do\\_Curso\\_de\\_Geografia\\_-\\_Licenciatura\\_-\\_2012.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cogeo/Projeto_Pedagogico_do_Curso_de_Geografia_-_Licenciatura_-_2012.pdf)>. Acessado em novembro de 2017.

Regimento Geral da UFSJ, em vigor, 2005. Disponível em <[https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/soces/Regimento\\_Geral\\_da\\_UFSJ\\_AlteradoRes044\\_2012.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/soces/Regimento_Geral_da_UFSJ_AlteradoRes044_2012.pdf)>. Acessado em novembro de 2017.

RIBEIRO, Maria Luisa. História da Educação Brasileira. 19ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003- Coleção memória da educação.

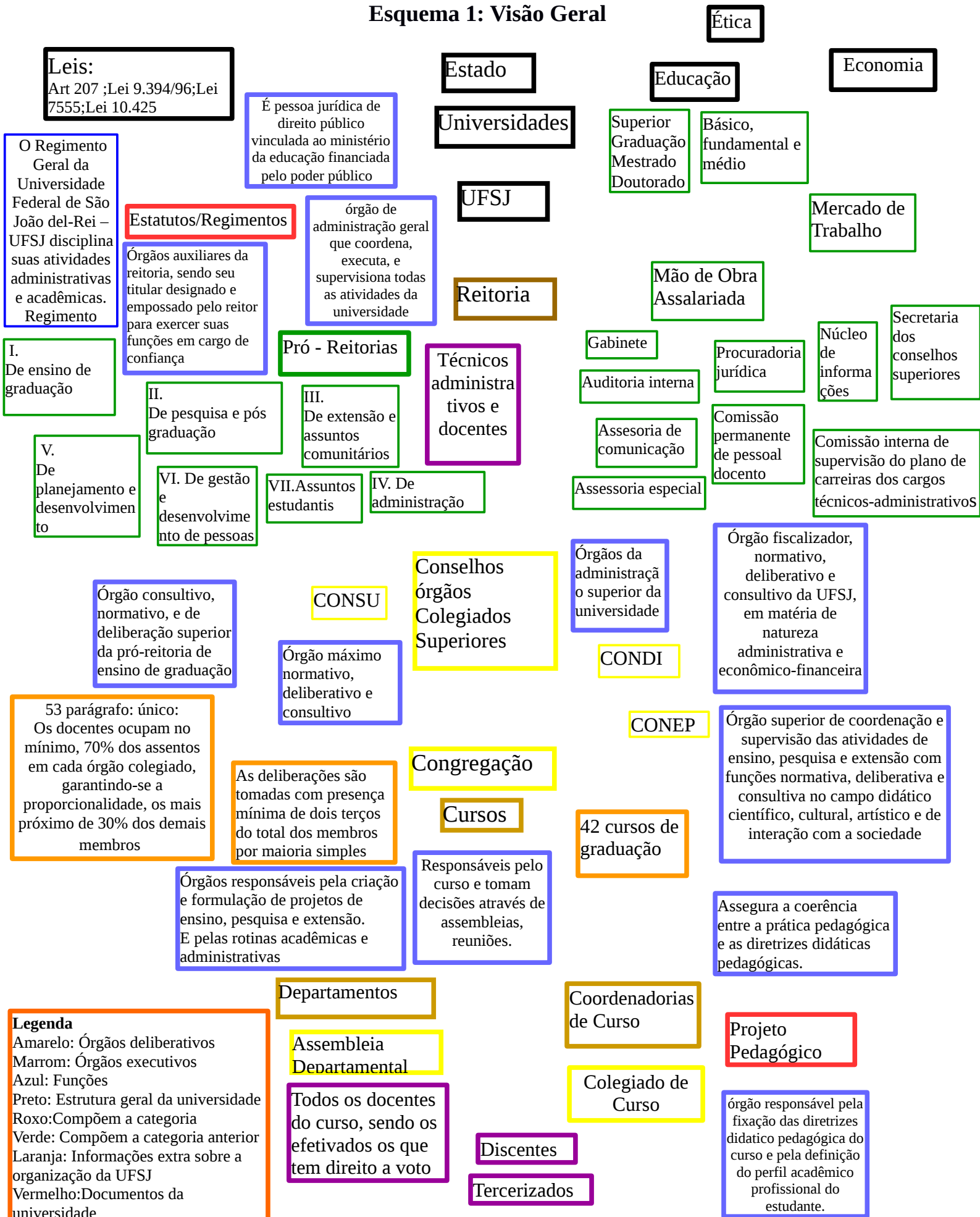
SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3a edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 5a Ed. São Paulo: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 90p.

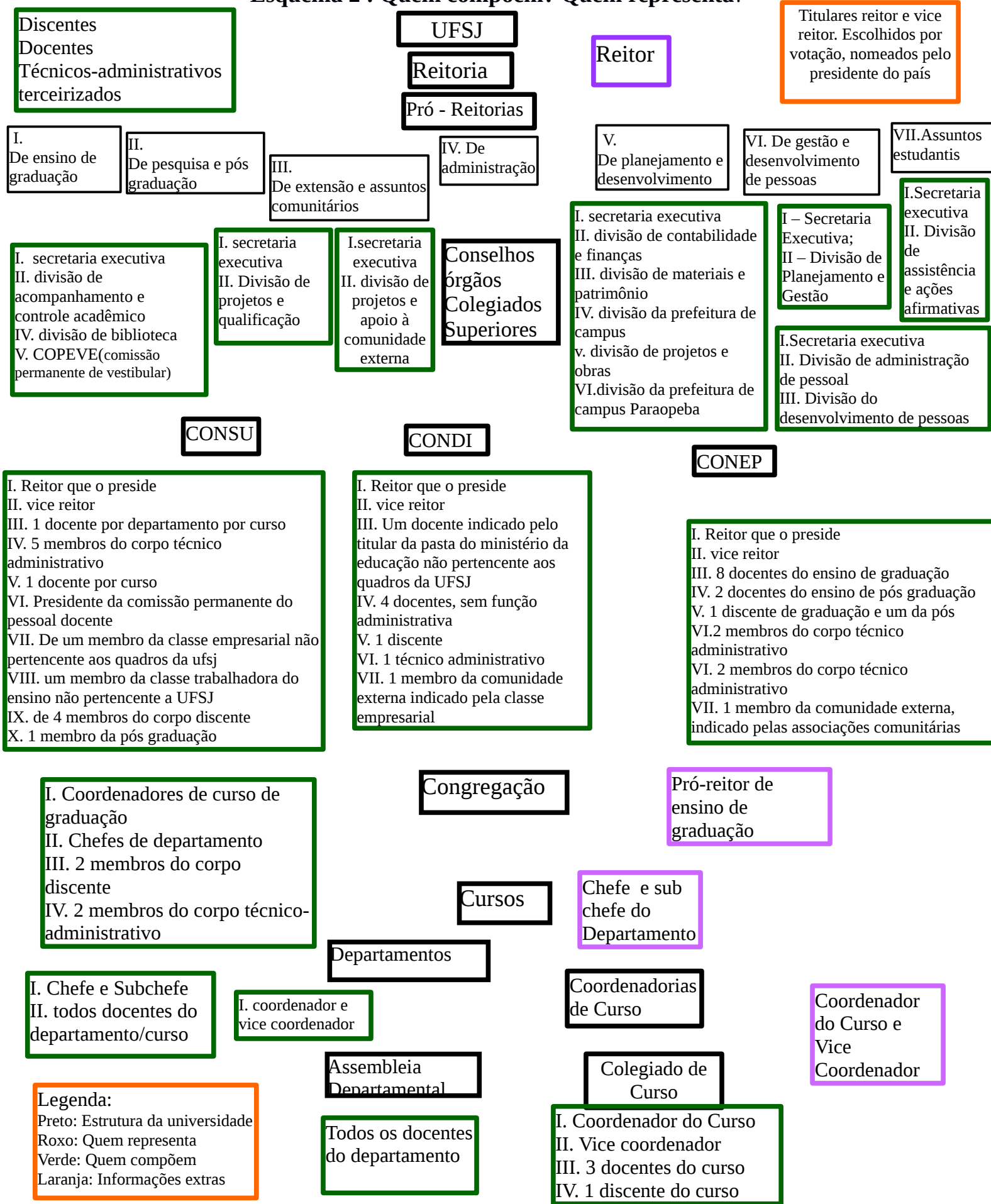
SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 1988

# Esquema 1: Visão Geral

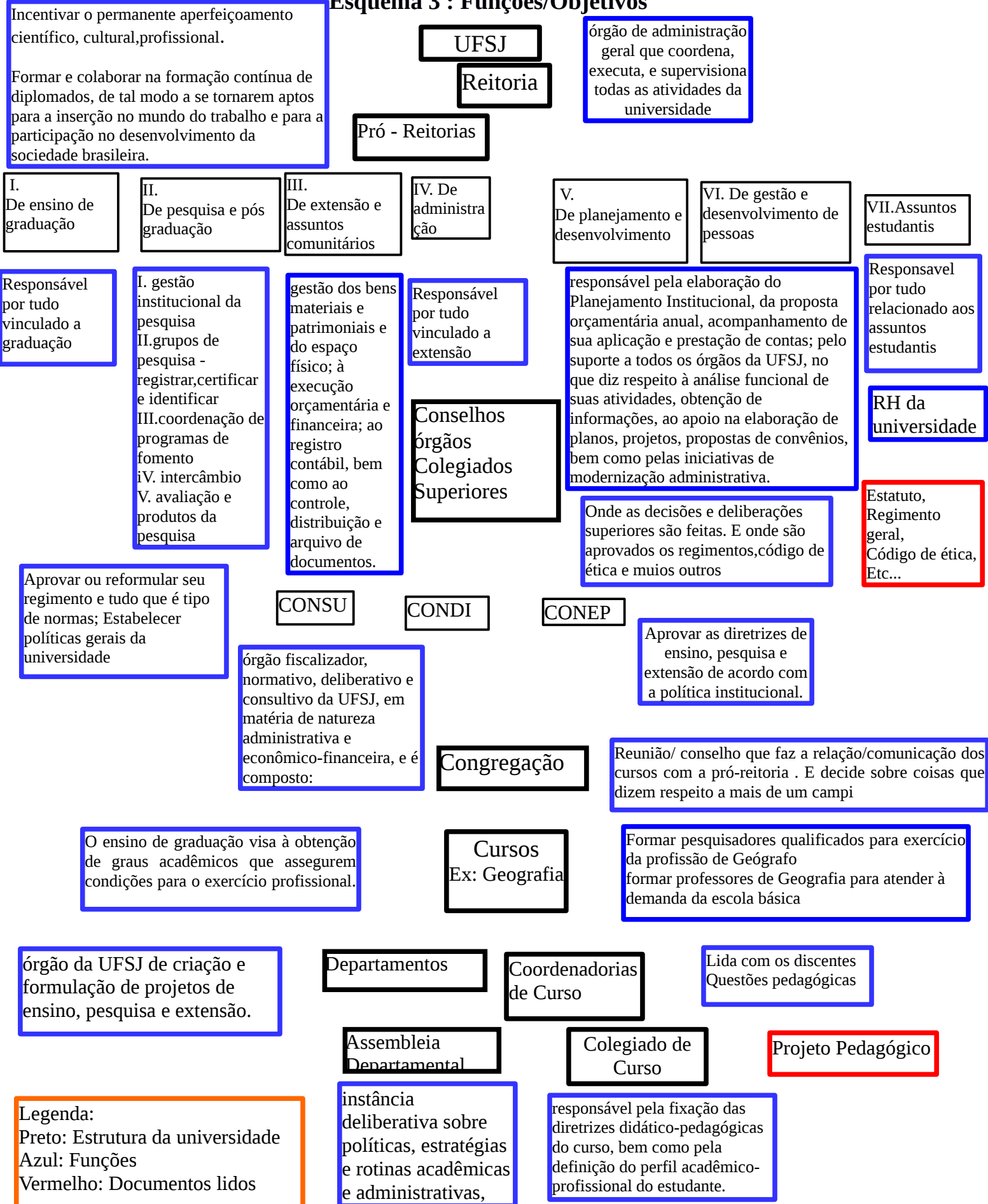


**Legenda**  
 Amarelo: Órgãos deliberativos  
 Marrom: Órgãos executivos  
 Azul: Funções  
 Preto: Estrutura geral da universidade  
 Roxo: Compõem a categoria  
 Verde: Compõem a categoria anterior  
 Laranja: Informações extra sobre a organização da UFSJ  
 Vermelho: Documentos da universidade

## Esquema 2 : Quem compõem? Quem representa?



### Esquema 3 : Funções/Objetivos



**Legenda:**  
 Preto: Estrutura da universidade  
 Azul: Funções  
 Vermelho: Documentos lidos

